



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SUBNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0459A/08	DATA: 17/04/2008
INÍCIO: 11h32min	TÉRMINO: 16h14min	DURAÇÃO: 4h42min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h26min	PÁGINAS: 89	QUARTOS: 54

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ ARÃO LOPES - Vereador, membro da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas — CNPI e representante da etnia Guajajara de Grajaú, Estado do Maranhão.
ANTÔNIO KAKROSE - Chefe do Subpólo de Saúde Kanela, da Fundação Nacional do Índio — FUNAI em Barra do Corda, Estado do Maranhão.
JONAS GAVIÃO - Representante da etnia Gavião, da Aldeia Governador.
JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Administrador Regional da Administração Executiva Regional de Imperatriz, da Fundação Nacional do Índio — FUNAI.
MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Coordenador Regional da FUNASA, no Estado do Maranhão.
LICÍNIO BRITES CARMONA - Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão — DSEI/MA.
LOURENÇO KRIKATI - Coordenador das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão — COAPIMA.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Câmara de Vereadores de Imperatriz, Estado do Maranhão.
Houve exibição de imagens.
Há expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a graça e proteção de Deus damos início aos nossos trabalhos.

Vamos convidar os Srs. Parlamentares que compõem a Comissão para se dirigirem à Mesa. Deputado Sebastião Madeira, Deputado da terra, muito querido pela sociedade de Imperatriz; que está ao meu lado; outro Deputado maranhense, companheiro, o querido amigo Deputado Cleber Verde, que compõe a Comissão; outro Deputado da terra, o Deputado Carlos Brandão, que nos dá a honra de participar, cujo interesse pude constatar quando da viagem ao Maranhão — S.Exa. prontamente se dispôs, na condição de Parlamentar, a compor esta Comissão e está aqui conosco.

Comunico a presença de toda a assessoria possível da Comissão. Nós estamos iniciando diligências que nos trazem a Imperatriz. Amanhã já estaremos de viagem a Cruzeiro do Sul, no Acre, terra do companheiro Deputado Ilderlei Cordeiro, que está aqui ao nosso lado, e também do companheiro, querido amigo e irmão Deputado Edio Lopes, do PMDB.

Penso que todos os Deputados já estão apresentados.

Gostaria de registrar as presenças do Presidente Adhemar Freitas e apresentar-lhe nossos agradecimentos; do Vereador Raimundo Costa, a quem agradecemos pela presença; do Vereador Cabo J. Ribamar, um abraço; da Vereadora Fátima — só tem uma mulher na Câmara? São 3 mulheres na Câmara! Sociedade de Imperatriz é exemplo — e do Avelino. Mais algum colega Vereador?

Acho que todos nós temos uma tradição municipalista. Eu fui Vereador durante 8 anos e foi lá que eu aprendi, na minha cidade, a fazer parlamento.

Bom, composta a Mesa, feitas as apresentações, vamos trabalhar.

Gostaria de agradecer à imprensa de Imperatriz, que, desde a nossa chegada, nos dá total cobertura. Acho que este momento é importante para a cidade, em especial para a comunidade indígena do Maranhão.

Peço à Secretaria da Comissão para me abastecer com as informações. As oitivas que foram marcadas, as convocações que foram feitas são as seguintes: o Sr. José Leite Piancó Neto, Administrador Regional da FUNAI; o Sr. Marconi José Carvalho, Coordenador Regional da FUNASA; o Sr. Jonas Gavião, representante da etnia Gavião; o Sr. Gilderlan Rodrigues da Silva, representante do CIMI — Conselho



Indigenista Missionário; o Sr. Licínio Brites Carmona, Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena; o Sr. Lourenço Krikati, representante do Conselho Estadual de Educação Indígena; a Sra. Sônia Guajajara, representante da etnia Guajajara; o Sr. José Arão Lopes, Vereador, membro da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas, e Sr. Antônio Kakrose, Chefe do Subpólo de Saúde de Kanela. São esses os nossos convocados.

Gostaria também de comunicar a presença da Secretária Municipal de Saúde de Imperatriz que, embora não esteja convocada para esta sessão, nos traz de forma oficial, à Comissão, um documento importante para os trabalhos da relatoria e que eu peço à Sra. Secretária que o entregue ao nosso Relator. Esse documento, que oficialmente será entregue ao Relator Geral, dá conta das interações de média e alta complexidade da comunidade indígena na cidade de Imperatriz.

Senhoras e senhores, vamos iniciar as nossas oitivas. Vamos ouvir todos os convocados e, a partir de então, os Srs. Deputados haverão de fazer suas interpelações.

Convido para compor a Mesa — essas bancadas servem para receber V.Sas. — o Sr. Marconi José Carvalho, o Sr. Licínio Brites Carmona e o Sr. Lourenço Krikati.

Vamos ouvir o Sr. Licínio, o Sr. Lourenço e o Sr. Marconi.

Peço aos convocados para tomarem assento. Sintam-se todos bem-vindos à Câmara Municipal de Imperatriz.

Antes de passar a palavra aos senhores depoentes, peço a atenção das senhoras e senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados: o tempo concedido a cada convocado será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão. Os Deputados inscritos terão um prazo de 5 minutos para suas interpelações, réplicas e tréplicas. Os Deputados interessados já podem se inscrever. Por serem convocados, os depoentes terão que prestar juramento às vistas do Código de Processo Penal.

O primeiro convocado é o Sr. Licínio Brites Carmona. Peço ao Sr. Coordenador do Distrito Sanitário Indígena do Maranhão, Licínio Brites Carmona, que faça a leitura do juramento.



O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Feito o juramento, atendidos os requisitos legais, passo a palavra ao Sr. Licínio Brites Carmona. *(Pausa.)*

Vamos ouvir o juramento do Sr. Gilderlan Rodrigues da Silva. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Marconi José Carvalho.

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. Marconi José Carvalho.

O Sr. Lourenço Krikati está aí? Então, vamos começar... Lourenço, aqui, por favor, junto da Vereadora Fátima. Presente o representante do Conselho Estadual da Educação Indígena da Aldeia São José, Montes Altos, Lourenço Krikati... Antônio Kakrose, sente aí. Prazer tê-lo aqui. O Vereador José Arão. Vamos compondo. O Lourenço já está aí.

Vamos ouvir o juramento dos demais componentes desta sessão convocados pela CPI.

Com a palavra o Sr. Lourenço Krikati para prestar o juramento devido.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Bom-dia a todos e a todas, aos presentes Deputados. Aqui eu faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. Lourenço Krikati.

Colega Vereador José Arão, Vereador, membro da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas, da etnia Guajajara de Grajaú, com a palavra.

O SR. JOSÉ ARÃO LOPES - José Arão Lopes, da etnia Guajajara, do povo guajajara, da região de Grajaú, Vereador membro da CNPI, faço juramento. *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Vereador José Arão.



Falta Antônio Kakrose, Chefe do Subpólo de Saúde de Kanela da Fundação do Índio. Seu juramento.

O SR. ANTÔNIO KAKROSE - Bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Bom-dia.

O SR. ANTÔNIO KAKROSE - Sou da etnia Kanela, da liderança. *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Antônio Kakrose.

Falta o nosso José Leite Piancó Neto. Seu juramento. Chega às suas mãos o juramento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço a todos os senhores.

Vamos dar início agora aos depoimentos, iniciando pelo Sr. Licínio Brites Carmona, Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indigenista do Maranhão — DSEI. Com a palavra V.Sa.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Bom-dia, Sr. Presidente. Em nome do senhor eu cumprimento o restante da Mesa. Bom, eu fui designado pela Presidência e pelo DSAI de Brasília para estar vindo compor a equipe de saúde indígena aqui no Maranhão. Já estou com 8 meses aqui, e vim para tentar organizar a saúde indígena dentro do Maranhão. Sou de Mato Grosso do Sul. Pela experiência que eu tenho lá em Mato Grosso do Sul, pelo bom trabalho que é realizado lá em Mato Grosso do Sul, eu vim para cá, para tentar organizar. Desde esse momento, chegando aqui, eu comecei a organizar o trabalho. Nós temos, e tínhamos, muita dificuldade na questão estrutural dos pólos que, embora sejam 25 mil índios, quase 26 mil índios, é que a subdivisão dos índios é bastante grande. Nós temos, pela FUNAI, 258 aldeias, e, pelos indígenas, que vai se dividindo, pela cultura e pela etnia deles, já temos 300 aldeias cadastradas lá no DSEI do Maranhão. Nós começamos realizando o trabalho. Logo que cheguei, nós tínhamos o contrato das viaturas, e chegamos... O contrato da viatura tinha sido paralisado por denúncia de indígena. Fomos



organizando, através de emergencial. Locamos viatura pela Missão Evangélica Caiuá e começamos a trabalhar. E a gente vem fazendo os processos, tentando organizar a questão da estrutura dos pólos-base. Hoje nós temos 2 pólos-base e 18 subpólos. A dificuldade nossa seria nesse sentido, de trabalhar com todos esses pólos, porque, na verdade, seria o ideal 6 pólos-base para a gente trabalhar com saúde indígena aqui no Maranhão, porque reduziria a quantidade de viaturas, a quantidade de material, porque, nós, para organizar 20 subpólos, 18 subpólos e 2 pólos, a dificuldade é maior. Então, vínhamos trabalhando. Eu sei que a dificuldade que nós temos aqui dentro é bastante grande, mas estamos tentando realizar algum trabalho. Chegamos e distribuímos... Tinha lá no DSEI, já chegado pelo DSAI, balanças pediátricas para distribuir para as aldeias, como distribuímos, para ser pesadas as crianças, para a gente ir trabalhando com a desnutrição das crianças. Achamos alguns, alguns não, vários casos de subnutrição, e a gente também fez um processo de compara de suplementação alimentar, quando os enfermeiros encaminharam para nós os casos de subnutrição. A gente tem feito isso. Então, eu fiz o levantamento, porque nós tínhamos um levantamento muito precário. Eu fiz o levantamento e eu constatei que, embora tenha desnutrição, nós temos óbito de desnutrição, em 2006, 1 caso só de desnutrição, pelos atestados de óbito e pelo (*ininteligível*) que nós fomos verificar. Que a nossa dificuldade nossa com o trabalho na saúde indígena, embora nós temos quase mil servidores trabalhando diretamente com o indígena, os dados não têm chegado até nós. Não chegavam até nós. Cheguei, tomei até uma decisão meio radical, dizendo que poderia estar suspendendo o salário dos enfermeiros responsáveis pela área se não passassem os dados para nós de todo o trabalho que estava sendo feito. Então, a gente tem desenvolvido esse trabalho. Nós temos dificuldade com viaturas, com estrutura, mas tenho tentado organizar. Eu posso estar respondendo às perguntas dos senhores, específicas, no decorrer do trabalho. Eu acho que temos muito que melhorar bastante. Mas não de convir os senhores que a saúde no Brasil é precária, não está totalmente bem. Embora o SUS seja uma beleza de um tratamento de saúde para todo mundo, sem restrições, mas isso fica mais no papel. A gente tem dificuldade em todo o lugar. Eu acho que é mais ou menos isso. Eu só quero reafirmar que eu



sou de Mato Grosso do Sul, eu estou aqui pela Presidência e estou há 8 meses. Estou, aqui, à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço o Sr. Licínio Brites Carmona, a primeira intervenção.

Sr. Lourenço Krikati, com a palavra.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Eu queria a permissão até para corrigir a minha função na qual eu estou aqui, hoje, prestando este depoimento. Eu coordeno... Sou coordenador de uma organização indígena no Maranhão, que é Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão — COAPIMA. Acho que já tinham mandado para o gabinete do Deputado Madeira para corrigir esse, até mesmo a função na qual estou presente aqui. Bom, sou Coordenador das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão — COAPIMA. Bom, eu quero, eu quero passar, desde o início, a situação, hoje, que foi requerida pela gente. O pedido nosso também, Deputado, é para essa situação real, hoje, no Maranhão, das crianças, principalmente. Eu gostaria de, para ter uma criança saudável, com a vida boa, primeiro, tem que ter prevenção, que é a vacinação. Eu queria que levantassem os dados das vacinações de 6 meses para cá — só para iniciar, de 6 meses para cá. Porque os passados também, nas aldeias, é dos principais levantamentos que nós queremos ver, porque se hoje dizer, perguntar para mim, no meu povo, na minha comunidade, não foi feito vacinação esses tempos. Não só isso, mas, sim, atendimento. Uma criança para nascer saudável precisa ter acompanhamento das mães também, pré-natal. Temos equipe médica, sim, mas as condições nem sequer estão tendo. Se hoje dizer que têm as condições para a equipe médica, se olhar perto hoje, vocês encontram os próprios profissionais reclamando. Nem sequer material para atender. É uma das... Para ter mais criança saudável, primeiro, começa por aí: tratamento desde a mãe. Quando nascer, ter acompanhamento para ter pelo menos uma prevenção contra as doenças. Nós temos registro, dados reais de alguns casais até mesmo; no pólo, na aldeia, não tem levantamento. Outra questão também, se você pegar registro, hoje, dos casais, você não encontra nada, acompanhamento. Deputado, nós... Deputados, nós, ontem, mostramos, no Direitos Humanos, a situação real de uma criança maltratada. Sabemos que a responsabilidade é da FUNASA, de medicamento específico para



aquela doença. Criança passa o dia amarrada porque não tem remédio para controle. Tem gente que tem problema na cabeça. Outro também, para criança se amamentar, tomar leite da mãe, precisa de tratamento da mãe. Recebemos também recentemente para pegar esses dados para mostrar a mãe com problema no seio. Ninguém sabe se é câncer, ninguém sabe. Mas temos fotos hoje aqui. Vou pedir para adiantar para mostrar um pouco as fotos porque não tem como filmar mas, pelo menos, as fotos. Mostrar que é real as fotos que temos. Não vou falar das coisas porque recebi mais referente a desnutrição das crianças, mas se vou falar das outras partes, isso vai estender mais. Não sei se tem tempo para a gente levantar, fora do outro foco, fora da desnutrição das crianças indígenas, temos mais as informações concretas e temos documentos. Depois nossos colegas têm. Eu não tenho nenhuma aqui porque tem uns colegas que acompanham, trabalham exclusivamente com a área indígena, e têm os dados, porque não estou trabalhando diretamente, mas acompanho e pego os dados, converso com as pessoas que estão à frente. Então isso, Srs. Deputados, não sei se vai ter momento de estender mais, mas eu queria, o meu anseio aqui é falar aquilo realmente que está acontecendo. Não sei se posso falar tudo, porque isso aproveita a oportunidade de falar a verdade, aquilo que realmente está acontecendo. Peço a permissão se posso me alongar e falar as outras questões também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Lourenço, o foco da Comissão... Você foi muito sábio quando já se colocava mostrando que o foco da Comissão, o objetivo da Comissão, o limite da Comissão é subnutrição. Mas estamos tomando o depoimento de V.Sa. como uma liderança. V.Sa. pode falar tudo o que bem entender, dentro dos limites da lei. Fique inteiramente à vontade.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Bom, eu queria começar. Eu convido até agora, hoje... Não sei por que não está o Ministério Público aqui. Porque últimos dias eu fiquei, eu digo, eu chorei. Maltrato das pessoas na CASAI. Não é por parte de funcionário não. É porque não tem sequer uma condição para trabalhar. As equipes reclamam. Antes de mostrar, chamar a imprensa para acompanhar, nós convidamos o procurador Dr. Flaubert para dar uma visita na CASAI aqui em Imperatriz. A casa foi condenada pela vigilância sanitária. Nem água para beber não servia, nem para tomar banho, porque era uma água do poço. Não era água encanada que vem da



CAEMA. A casa, se vê, não tem nem colchão sequer para deitar os doentes na CASAI. Começa por aí. Nem lençóis para esses doentes ficarem, pelo menos, protegidos. Isso só na CASAI que (*ininteligível*). Os profissionais hoje, para se trabalhar, para limpeza da casa, precisam cooperar para comprar sabão para lavar a casa ou carregar água de outro lugar para a CASAI. Antes de filmar, chamei o Ministério Público, convidei. Ele foi pessoalmente, o Dr. Flaubert, e viu ele, para não dizer que estou mentindo, convidei ele. E ele foi. Ultimamente, por essa falta de água, eles passaram 4 dias, se não me engano, mudaram para a FUNAI, a sede da FUNAI próximo aqui. A FUNAI recebeu (*ininteligível*.) Para nós, a FUNAI é um órgão que sempre, em qualquer situação, está sempre do nosso lado. Tentaram passar para uma casa que já saíram de lá porque não tem condição, nem sequer água, mas, pelo menos, querem achar alguma casa para botar os índios lá e instalar uma lâmpada para atender. Começa por aí. Imaginem nas aldeias! Eu não vou falar do transporte, porque ultimamente não é o transporte que resolve o problema dos doentes, mas sim acompanhamento dentro da aldeia. A saúde está dentro da aldeia. Tem lugares que as equipes médicas não vão para aldeias. Tem lugares que só tem as enfermeiras, mas não tem sequer um medicamento para elas atenderem. Os medicamentos da lista que o médico passa, quando manda, bem mesmo não muda. Tem estoques de medicamentos vencendo também em alguns lugares, principalmente no Krikati. Srs. Deputados, até convidei o nosso médico para falar, porque ele convive com nós. O nosso odontólogo também convidei para falar, porque ele, como profissional, sabe o que se passa, junto com nós. Mas eu falo a verdade: eu não devo para a FUNASA nada, mas eu tenho direito de cobrar. Os profissionais temem, porque se falarem a verdade eles são demitidos. É esse o tratamento que nós queremos, hoje, no Maranhão, o descaso que estamos tendo? Vou dizer que recentemente uma índia morreu de tuberculose, aqui. A índia passou uma semana sem sequer ser atendida. Nós temos que apelar para aqui, pedir para alguém, para a ELETRONORTE fazer tudo particular. Nós tínhamos que pedir para a ELETRONORTE pela índia tuberculosa, que ao mesmo tempo pegou pneumonia. Levou-a para o hospital, onde foi a óbito. A minha esposa acompanhou. Antes de a índia morrer, ela foi lá e conversou com ela. Ela nunca tinha comida, comida especial, tratada, sabendo que nós temos nutricionista na CASAI. Ela só comeu



comida — que mudou — de fora, que veio para ela, como fosse comida para pessoa que está sadia. Ela mesma falou para a minha esposa: “*Só agora que eu comi essa comida diferente, uma fruta, para me sentir bem*”. Quem acompanhou não só foi ela. Foram várias enfermeiras que foram lá e os estagiários. Srs. Deputados, eu fico triste. Desde que a FUNASA assumiu nossa saúde, muitas coisas mudaram para nós. As doenças chegaram mais para nós. Sabemos que não só o medicamento que cura, mas sim a alimentação precisa do lado. A FUNASA não se preocupa. Hoje, não tem programa, para que nós tenhamos alimentação de qualidade para acompanhar, para o tratamento daquelas doenças. Essas são as coisas que estão acontecendo hoje, Deputados. Por isso, eu convido a vocês. Que uma equipe vá lá na aldeia olhar de perto a situação! Tem aldeia próxima daqui. Olhar o local! Duas horas, uma hora e meia para ir e uma hora para voltar, só para olhar algumas aldeias. Se quiser, a CASAI se encontra hoje aqui. Com certeza tem alguns indígenas. Hoje estamos com um grupo de índios lá na organização nossa. Os Krikatis não suportou mais ficar lá. Estão lá, agora, na organização nossa. Nós temos uma casa lá, da organização nossa. Nós temos uma casa da organização lá. O grupo de Krikatis não querem ficar no CASAI. Uma índia, agora, recentemente, foi operada, ganhou neném. Não quer ficar lá. As equipe estão lá, dando só “marmitex”. Eles estão lá, lá na Quapima. Nós estamos recebendo. Então, isso é o que queria passar. Eu estou passando para vocês. Eu digo assim: se quiserem visitar, é melhor olhar também, não ouvir nós, mas olhar perto também. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço a Lourenço.

Passo a palavra ao Vereador José Arão Lopes, colega Parlamentar.

O SR. JOSE ARÃO LOPES - Bom-dia, Srs. Deputados, Sr. Coordenador da FUNASA, Chefe do DSEI, Administrador da FUNAI de Imperatriz, parentes e irmãos indígenas que se fazem presentes, Plenária presente. Srs. Deputados, de acordo com o juramento que fiz de somente falar a verdade, iniciarei meu depoimento aqui. Antes de me aprofundar na pauta, que é Subnutrição de Crianças Indígenas, farei resumo sobre nossa real situação no Maranhão. O Lourenço falou e só vou contribuir para que essa nossa conversa, esse nosso depoimento, ele enriqueça ainda mais. De fato, no Estado do Maranhão, nós somos aproximadamente 28 mil indígenas, distribuídos em 7 etnias. Existe a FUNASA, Fundação Nacional de



Saúde, responsável para levar o atendimento de saúde para as comunidade indígenas. É verdade também que existem várias equipes do Programa de Saúde da Família Indígena. Na maioria da composição dessas equipes, existem os agentes indígenas de saúde, que também fazem parte dessas equipes. Mas o que a gente observa hoje a nível do Estado do Maranhão no que tange à questão do atendimento é praticamente uma falência, no que tange à questão do atendimento em nossas comunidades indígenas. Temos profissionais de saúde. Mensalmente eles recebem seus pagamentos, mas existe um fator que colabora para isso: Nós entendemos que tem a boa vontade por parte dos profissionais de saúde em desenvolver suas atividades nas nossas comunidades indígenas. Mas, por falta de condição — uma delas transporte... Eu não entendo por que é que a FUNASA passa praticamente 9 meses para fazer um processo licitatório para locação dos veículos no Estado do Maranhão, 9 meses! Qual é a justificativa, então? Por que essas viaturas, porque esses transportes até agora não foram disponibilizados? Porque a equipe de saúde só vai para a área se tiver condições, um mínimo de condições de se deslocar. E a essas equipes, na maioria dos casos, não existe essa condição de trabalho. Em Grajaú, por exemplo, tem uma viatura para dar assistência para aproximadamente 5 mil ou 6 mil indígenas. E não tem prioridade para o deslocamento das equipes de saúde, porque quando o transporte se desloca para uma localidade, ele tem que cobrir a emergencial de outra; e a equipe fica praticamente na cidade fazendo o atendimento daqueles que vêm à cidade, os mais graves, vamos assim dizer. Tem uma ambulância, que inclusive está quebrada agora. Ontem tiveram que tirar um transporte de atendimento lá de todo mundo para levar uma paciente para São Luís. Então, a situação do transporte em nosso Estado é um problema para todos nós. A outra situação que a gente enfrenta — que deveria se pedir para a FUNASA — é quais realmente são os programas de saúde desenvolvidos nas comunidades indígenas. Nós sabemos que temos o Programa do Câncer do Colo Uterino, o Programa de Saúde Bucal, a questão da tuberculose, esses casos de crianças em desnutrição. Mas queremos dados reais, porque há um tempo, em 2006, se não me engano, o que chegou ao Sistema de Informação da FUNASA, em Brasília, é que não tinha havido um óbito de criança em 2006. E nós temos óbitos sim! É preciso se buscar essas informações *in loco*, porque a verdade



está lá, porque a verdade está lá. Os dados de tuberculose que talvez a FUNASA tenha não são dados reais, porque senão... Se trabalha hoje em dia, por exemplo, com a questão da busca ativa dos casos que estão lá na aldeia. Os casos que aparecem, os que estão nos registros da FUNASA — se é que existem — são esses casos que o parente lá não agüenta mais ficar na aldeia, correndo risco mesmo de morrer. Na cidade, ele vem procurar, porque não agüenta mais, não suporta mais. A questão da suplementação alimentar para esses casos de tuberculose não existe. Lá no Bacurizinho, por exemplo, um avô meu que fez um tratamento em Teresina recentemente, 4 meses atrás, está lá na aldeia, salvo ainda por sorte, porque a suplementação alimentar não existe. O medicamento é muito pesado, é muito forte. Os casos de crianças em desnutrição também são casos muito complicados. Eu não vou aqui dizer que a culpa é 100% da FUNASA, mas temos também a parcela da FUNAI. Não existe um programa do governo desenvolvido, pelo menos na nossa região de Grajaú, preocupado com a questão da alimentação. Enquanto isso, nós sabemos que o Banco Mundial, no Estado do Maranhão, por exemplo, tem milhões de dólares emprestados, a fundo perdido, que, inclusive, também deveria ser descentralizado para as nossas comunidades indígenas. Mas nós não somos prioridade para governo nenhum, nem para o Governo do Estado nem para o Governo Federal.

(Segue-se exibição de imagem.)

Aqui é uma fotografia do índio, lá da região do Bananal, em desnutrição. Caso a Comissão se interesse em ficar com essa fotografia, eu posso deixar a vocês. Esta é uma amostra que eu trago de situações, que não é só um caso de desnutrição que existe. São vários casos de desnutrição que existem. É preciso se ver de fato essa situação nas próprias comunidades indígenas, para ver se a gente tem uma noção, uma dimensão do que é de fato que acontece na questão da falta de atendimento nas nossas comunidades indígenas. O diagnóstico situacional de saúde no Estado do Maranhão, onde é que está esse diagnóstico? Existe esse parâmetro de comparação? Onde está feito esse registro, informações reais? Ainda há pouco o Lourenço citou aqui um caso de uma criança amarrada. Os pais estão amarrando as crianças, até os jovens também, porque não têm controle. O medicamento psicotrópico, esses outros casos de hipertensos e cardíacos... Na nossa região de



Grajaú — e, acredito, na maioria das regiões —, todo o medicamento foi suspenso, porque não foi pago. A farmácia básica até hoje não foi acertado. E o fornecedor, é claro, ele não vai fornecer uma coisa que ele não recebe. Lá na região do Bananal, por exemplo, um parente de 8 anos, uma criança de 8 anos, o pai está amarrando essa criança todo dia no pé de uma mesa lá, no pé de um pau, para ele não sair doido; e só desamarrar à noite, para ele dormir. E ele continua lá, porque não tem remédio controlado para essa criança tomar. A questão da equipe multidisciplinar, que é o PSFI, está sem a menor condição de trabalho. Um termômetro, um aparelho de 3 a 4 reais, sequer este aparelho as equipes, na maioria dos casos, não dispõem. A balança, que é de grande utilidade — para, inclusive, ver esses casos de grau de desnutrição, pesar crianças e tudo mais, mulheres grávidas —, também não tem. E falando das CASAI, os pólos, nos registros da FUNASA tem 6 pólos no Maranhão, reconhecido. Aí entra também 20 subpólos, que a FUNASA não reconhece. Diz que existe, mas oficialmente não existe, porque na estrutura da FUNASA só são 6 pólos, que seriam as unidades administrativas e referências de saúde nessas regiões. Temos feito propostas para a FUNASA, para que de fato ela assuma essas referências, mas a FUNASA até então não apresenta uma proposta concreta de assumir essa responsabilidade. Em Grajaú, por exemplo, é uma proposta de apresentar, unificar lá as CASAI, os pólos, sei lá, mesmo porque a FUNASA não está pagando nada de CASAI, de conta de água, de luz. Pode ser que estejam Barra do Corda ou em outra região, mas na nossa região de Grajaú e em outra localidade eu acredito que isso não exista. Então, em relação a esse caso de subnutrição de crianças indígenas, além da FUNASA, precisa-se ver também a responsabilidade da FUNAI nesse processo; quais são os programas que deveriam contribuir para que a gente pudesse desse grau de miséria em que vivem muitos casos de nossas crianças no Estado do Maranhão. a questão da alimentação não existe praticamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) – Agradeço ao colega Parlamentar, Vereador José Arão, pelos seus esclarecimentos, em nome da CPI.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Kakrose, Chefe do Subpólo de Saúde Kanela, da Fundação Nacional do Índio — FUNAI, em Barra do Corda.

Com a palavra V.Sa.



O SR. ANTÔNIO KAKROSE - É o seguinte: como os colegas indígenas colocaram, não é nenhuma diferença entre essas aldeias aqui no Maranhão. O que quero dizer? Desde 2005, no dia 25 de agosto, quando a FUNASA assumiu no papel e não assumiu na prática... Como os colegas colocaram, falta de viaturas... Hoje eu estou com 2 meses com um carro em reforma. Tenho uns parente picado de cobra, eu não tenho por onde socorrer. A FUNAI, mesmo que está ao outro lado, a FUNAI está ajudando a mim, sobre respeito à saúde, porque a FUNAI tem um recurso próprio e a FUNASA tem recurso próprio, mas, mesmo assim, como responsável, a FUNAI também está dando uma ajuda para a saúde dos Kanela. Os medicamentos, que eles colocaram também, a gente... tem vez que o medicamento chega já no ponto de 2 a 3 meses vencer, eles mandam os medicamentos. Quando os parentes também morrem, as funerárias... Agora, há poucos dias, que eles fez o contrato. A semana passada uma criança morreu lá no pólo. Eu estive na funerária, onde já era fazia a terceira negociação. Que o parente, o pai e a mãe.. Que a pessoa que foi terceirizada que era para levar na moto. E não tinha... Eu falei para ele que não tinha condição levar uma criança num caixão e o pai e a mãe. Como coloquei agora, desde 2005 eu assumi o aluguel da casa, pedindo a outras pessoas para poder pagar o aluguel da casa onde hoje os Kanelas... quando referência para a cidade. Falta de material odontológico, que as crianças precisam, como os colegas falaram, preventivo, mas isso não é cumprido. Os óbitos. De 2005... O colega Arão falou, desde 2005 não morreu ninguém, nenhum dos parentes, mas estou com certidões de óbito. Está aqui, na minha bolsa. Se vocês quiserem, depois deixarei. Às vezes... No Maranhão, veio 8 carros para 10... para 20 subpólos. Tem um local, é distante o acesso. Só uma viatura para 5 mil pessoas não é suficiente. E quando a viatura vai para a revisão, para São Luís, passa 15 dias na revisão. Não sei se é certo. Os nossos parentes, a gestante não faz prevenção por falta de viaturas, porque nós moramos a aproximadamente 150 quilômetros, uma estrada ruim e nós não podemos trazer os parentes gestantes nas costas para fazer a prevenção. A alimentação... Hoje está uma alimentação de 10 marmitex por dia, e o paciente passou do limite dessa quantidade de marmitex. Era isso a minha colocação, completando os colegas que já foi falado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. Antônio Kakrose.

Passo a palavra ao Sr. Jonas Gavião, representante da etnia gavião da aldeia Governador. Com a palavra Jonas.

Jonas, você chegou por último. A Comissão já lhe informou que é necessário um juramento, por força da lei. Peço que assim o faça. Com a palavra Jonas Gavião.

O SR. JONAS GAVIÃO - *“Faço, sob a palavra de honra, o compromisso de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço. Continua com a palavra V.Sa. Fique à vontade.

O SR. JONAS GAVIÃO - Agradeço os Srs. Deputados que estão fazendo esse CPI. Ela é muito importante para que vocês estão sabendo os acontecimentos sobre a saúde indígena aqui no Maranhão. Eu achei interessante vocês trazer convidando os representantes de cada região do Maranhão onde há os indígenas. É uma situação muito complicada. Quando a gente reclama, a gente discute, parece que a gente não está falando a verdade sobre a saúde indígena dos povos aqui no Maranhão. E é muito bom vocês estarem aqui. Já ouviram o colega Lourenço Krikati, Zé Arão, o Antônio Kakrose, e cada um conhece a sua região para falar da sua região. E eu vou falar sobre a saúde do povo gavião. Porque é uma coisa que a gente vem vendo e é muito sofrida a saúde indígena. Eu fiquei sabendo que a FUNASA do Maranhão mandou um documento dizendo que no Maranhão não estão morrendo os indígenas, e o foco que vocês mencionaram, vocês Parlamentares, que é sobre a desnutrição das crianças. Eu vou repetir o que o Lourenço disse, que a gente não tem imunização na data certa que deveria acontecer. Para nós isso acontece tudo atrasado. Sobre a vacinação de tuberculose, de hepatite, de calazar, essas vacinas eu nunca vi acontecer dentro da comunidade indígena para fazer prevenção contra esses tipos de doença, entendeu? E assim a desnutrição, falta de vacinação acontecer na data certa como acontece na cidade. Quando acontece na cidade, para nós não é realizado imediatamente. Às vezes acontece depois de um mês, de 2 meses, de 3 meses, como até nesse momento não tem vacinação levado para aldeia para vacinar criança. Para criança ter saúde ele precisa precisa de acompanhamento com a vacinação. As mães também não são acompanhadas na



fase de pré-natal dentro da cidade, como deveria ser feito. A mãe de uma criança saudável precisa de acompanhamento; para criança não ter desnutrição ela precisa de alimentação, né? Como eu sou sabedor de que o hospital recebe um valor “x” para dar alimentação diferenciada para os doentes indígenas não é cumprido, não acontece, né? E os doentes, quando ele está no hospital, ele fica comendo esse marmiteira direto. Ele não vai dar conta de comer isso direto, ele precisa de uma alimentação que determina para ele. Então, isso a gente vem observando. No caso dos gavião lá em Amarante, foram as três mulher, eles não fizeram pré-natal durante a gravidez. Aí, quando foram ganhar neném, a criança não resistiu, faleceu, dentro do hospital e umas dentro da aldeia. E a gente vem discutindo esses problemas. O transporte, a gente nunca teve transporte para atender esses povos dentro da comunidade como deveria ser atendido com transporte. As pessoas telefona, vai lá, pede transporte, às vezes fala que transporte não está disponível, tá vindo para Imperatriz ou viajou; levou coordenador não sei para onde, e o doente não é atendido, entendeu? E a gente vem discutindo, porque no plano da FUNASA, que eu sei é para que os pólos sejam criados dentro da comunidade indígena, a aldeia mais próxima. Isso tá no papel, tá no projeto, tá no plano, mas não acontece na realidade isso, e a gente vem discutindo. Eu já mandei vários documentos falando para o coordenador do DSEI para discutir, para gente criar o pólo dentro da aldeia mais próxima, porque ali que tá a comunidade indígena, aí que tá o pessoal; não tão na cidade, tão em aldeia, para ter o atendimento básico. Não tem enfermaria, não tem leito para atender os doentes, não tem enfermaria nas aldeias, não tem medicamento. Quando a gente pega uma receita, ela passa um mês, ela passa dois meses, e eles fala que o remédio tem que ser comparado em São Luís, não aqui na região, entendeu? E isso complica o atendimento dos doentes que a gente vem acompanhando. Agora mesmo, recentemente, uma semana atrás, eu trouxe a minha cunhada. Ela é krikati, e eu trouxe. Aí ela ficou esperando para alguém dar atenção para ela, ninguém não deu atenção. A gente levou no hospital, internamos ela, porque ela já tinha completado os nove meses e já estava passando dos nove meses de ganhar neném. Então a gente levou. Quando eu telefonei para FUNASA, ali para (*ininteligível.*), e perguntei quem é que poderia trazer um carro para gente ir lá visitar ela porque a gente deixou ela internada. Eu não lembro o nome da pessoa,



mas disse para mim que a gente não podia estar preocupado porque eles levaram ela para internar no hospital, enquanto foi nós que levamos e a pessoa mentiu, dizendo que a gente tinha estar conformado porque a grávida tava hospitalizada e tava passando bem. E assim são as coisas que revolta a gente. Eu também trouxe a certidão de óbito de algumas pessoas que morreram. Porque na área do gavião, no território gavião, a gente trabalha com 3 aldeias guajajaras : Barriguda, Borges e Faveira. E a gente tem 4 aldeias gavião em que a gente trabalha com eles, também. Então, eu trouxe essas certidões de óbito das pessoas. E a gente tem mais outras, que aconteceram com doenças de derrame, tuberculose, hepatite, dos acontecimentos. E eu tentei buscar informação para apresentar para vocês, mas acabei não conseguindo. Mas o que eu tenho para dizer sobre isso, sobre os problemas da saúde indígena, aqui, no Maranhão, eu vejo isso, é que precisa de atenção. E vocês, Deputados, vocês, Parlamentares, têm que pensar numa alternativa de ajudar a apoiar na agricultura os povos indígenas, para melhoria de sua alimentação diversificada. Isso é a minha palavra, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Queremos agradecer ao Sr. Jonas Gavião.

Passamos a palavra, dando prosseguimento aos trabalhos desta Comissão, ao Sr. José Leite Piancó Neto, Administrador Regional da Administração Executiva da Fundação Nacional do Índio, aqui em Imperatriz.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Bom-dia a todos. Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Deputado Sebastião Madeira por ter nos colocado nesta Comissão para depor e falar um pouco sobre a situação da saúde indígena no Maranhão, e a todos vocês que formam esta CPI, esta Comissão. Eu tenho alguns questionamentos, que eu já fiz, inclusive, aqui, à direção da FUNASA. Nós, eu, como servidor público, e administro uma fundação também regional, que é a de Imperatriz, a FUNAI, sabemos das dificuldades que passamos: falta de pessoal, falta de material, falta recursos financeiros. Mas uma coisa eu não compreendo, não consigo compreender de forma alguma: nós temos tentado dialogar, de todas as formas, com a FUNASA, com a nossa co-irmã FUNASA, e não, de forma alguma, estamos tendo êxito. Quero deixar aqui um questionamento à FUNASA, aliás, mais uma vez, que temos problema na área, como as lideranças jovens indígenas que já



repassaram a vocês, que não são poucos. A FUNASA só nos procura, o que nos deixa bastante chateados, quando os índios fazem apreensão de alguma viatura para chamar atenção da FUNASA. Nós não concordamos com esse tipo de ação por parte dos indígenas, mas compreendemos. Por que nós compreendemos? Porque os índios quase não são ouvidos. Para eles serem ouvidos, têm que chamar atenção de alguma forma. Nós, enquanto FUNAI, vocês podem perguntar a qualquer liderança indígena na nossa região, não aceitamos esse tipo de coisa. Mas, como falei anteriormente, nós compreendemos. Eu tenho participado de várias reuniões no Ministério Público Federal, juntamente com a FUNASA e lideranças indígenas. Também não compreendo por que as recomendações do Procurador não são cumpridas pela FUNASA. Quero também entender o porquê da falta de apoio aos CASAI. Nós temos o CASAI de Imperatriz, que é um completo abandono. Como já foi dito aqui, os índios nos procuram constantemente, se alojam na FUNAI, nós damos marmiteix. Inclusive, o rapaz que é o chefe do CASAI, o Giovane, que é uma pessoa que inclusive já trabalhou na FUNAI, vai todo dia à FUNAI, pela manhã e à tarde, fazer ligações para a FUNASA e para outros setores de interesse do CASAI, por quê? Porque lá eles não têm telefone, isso já desde o começo do ano. Então, os índios, todo santo dia, nos procuram, em todas essas demandas que eles colocaram aqui. E melhor do que ninguém para colocar a não ser eles, entendeu? Seria interessante a ida, realmente, de uma equipe nas áreas indígenas para ver a realidade do povo, para ver a falta de material, constante. O odontólogo lá do krikati me falou, pessoalmente, na FUNAI, que ele tem comparado, com dinheiro dele, material. Quer dizer, é um absurdo. Pelo menos o mínimo de condição para se trabalhar tem que ter. Em relação aos carros, no início, a FUNASA tinha muitos carros. Muitos carros, mesmo. Nós somos contra, porque a gente sabe que saúde não se faz com carro. Tinha que diminuir. Com certeza, tinha que diminuir essa questão de carro. Agora, não poderia ser, também, tirado da forma como foi tirado. Foram tirados praticamente 90% do transporte. Outro questionamento é em relação a por que até hoje, nós estamos já, praticamente, há 8 anos que a saúde está com a FUNASA, não foi construído um posto de saúde na área indígena. Nós queremos saber isso também. Outra coisa que nós queremos saber é em relação a todas as vacinações que têm, inclusive, direito que sejam feitas, anualmente, e também não



têm sido feitas segundo questionamento, em documentos que nós recebemos do nosso chefe de posto, dos chefes dos pólos e de lideranças indígenas. Outro problema, também, que a gente, assim, enquanto FUNAI, se queixa bastante... Às vezes, a gente acha a forma, às vezes, de a FUNASA ver o índio. Porque, veja bem, eu acho que quem trabalha com índio tem que ter uma visão indigenista para trabalhar com índio. É um povo diferente, é um outro povo. É como se fosse outro país: tem o território, tem uma língua diferente, tem um costume diferente. Então, a gente tem que ver isso. Isso, não quer dizer que nós vamos concordar com as arbitrariedades por parte, também, dos índios, de forma alguma. A FUNAI de Imperatriz deixa isso bem claro para a nossa comunidade que nós não aceitamos. Agora, nós temos que ouvir o índio, nós temos que aceitar as suas reivindicações, e passar adiante. Eu também quero deixar claro aqui, e o colega José Arão fez uma colocação em relação à FUNAI, eu responder enquanto FUNAI de Imperatriz, porque ele é jurisdicionado à administração de São Luís, que a nossa administração tem sido bastante participativa em relação às questões indígenas, à questão de saúde, como ele é testemunha disso. A maioria das reuniões que têm sido feitas em relação à saúde, a FUNAI se faz presente. Nós, o ano passado, por exemplo, e quero até agradecer aos Deputados, nós tivemos, pela primeira vez na história de Imperatriz, recurso de emenda parlamentar. Nós recebemos, ano passado, 535 mil de uma emenda parlamentar. Isso foi a história na história de Imperatriz, na criação dela. Foi a primeira vez que isso aconteceu. Nós temos buscado junto aos municípios, ao Estado, ao Governo Federal, recursos extras da FUNAI para que dêem esse atendimento às comunidades indígenas, para que eles saiam dessas dificuldades em relação à alimentação. Da UNEP, que é do Governo do Estado, através do Banco Mundial, nós recebíamos, por ano, na faixa de 180 mil reais. Nós passamos a receber 550 mil, com uma luta que nós fizemos, o ano passado, lá em São Luís. Então, são projetos que estão indo para as áreas indígenas, fora os recursos da FUNAI. Sim, vamos voltar à FUNASA. Nós temos tido um problema com a FUNASA, assim, de comunicação. Há uma grande falta de comunicação com a FUNASA. A maioria dos nossos ofícios, que a gente encaminha à FUNASA, não recebemos resposta. Um exemplo muito disso aí foi: o ano passado, os índios fecharam a estrada do Arame/Grajaú. Para quê? Para reivindicar um carro que a



Dona Consuelo havia prometido para eles, para mim, na frente do Dr. Luís Carlos, Procurador da República, em São Luís. Esse carro não chegou, os índios fecharam a estrada. Comuniquei à FUNASA; comuniquei à nossa direção, em Brasília; comuniquei ao Ministério Público Federal, através de ofício, e só não tivemos resposta da FUNASA que os índios estavam fazendo questionamento. Tivemos resposta do Ministério Público Federal, tivemos resposta da FUNAI, e fomos ao local com o nosso chefe de posto e o nosso chefe de assistência. Ora, tentamos negociar que eles liberassem a estrada. O que houve? A população do Arame, revoltada, foi na aldeia desafiar os índios e houve um conflito lá: caíram de tiro lá; botaram chefe de posto e botaram índio para correr; índio foi baleado; tocaram fogo em casa de índio, atiraram nas comunidades... E não tem relatório feito, entendeu? E o que acontece? Eu comunicando todos esses fatos à FUNASA, e não recebi um documento oficial da FUNASA. Então, eu acho o seguinte: se é para haver parceria, o que é parceria, no meu entendimento? Parceria é quando se faz um acordo, em documento, que as partes vão entrar com uma coisa. A FUNAI entra com o quê? A FUNASA entra com o quê? Nós não temos um documento, nós não temos nada. A FUNASA acha que a FUNAI tem a obrigação de, quando os índios prendem um carro lá, que a FUNAI tem que ir lá sozinha tomar o carro dos índios. Ora, pelo amor de Deus, não concordamos com isso. Nós temos feito documento para a FUNASA, Ministério Público. E quando eu vejo esse tipo de ação, que a FUNASA tem que ir na área, juntamente com a FUNAI... A FUNAI não se nega, de forma alguma, de ir com a FUNASA no local onde está havendo o problema. Nunca nós nos negamos, entendeu? Mas isso não acontece. A FUNAI vai sozinha para a área, entendeu? Então, esses questionamentos a gente tem feito à FUNASA na presença do Ministério Público, e tem outros. É a questão dos carros. Tiraram praticamente todos os carros. Os índios que não concordam, não concordam com a FUNASA e levantam a bandeira e, de fato, recebem retaliações. Não concordamos com isso. Primeiro, tem que se sentar junto e fazer um acordo cumprir. Aí, sim, se eles não cumprirem e fazer baderna, aí eu acho, sim, que eles devem responder. Mas se eles chamam a atenção, a gente vai no local, dá todo o devido apoio e eles continuarem fazendo a baderna, aí entra a Justiça. Aí, sim, eu acho que eles têm que ser responsabilizados. É assim que a FUNAI age, entendeu? E a título de sugestão, que



é uma luta minha e das lideranças indígenas. Nós achamos, também, que o DSEI, ele deve ter autonomia. Por que nós achamos que deve ter autonomia? Porque nós sabemos que o coordenador, ele não cuida só da causa indígena. Ele é um coordenador que cuida da questão da FUNASA, em termos do Maranhão, entendeu? E lá dentro existe o DSEI, que trata exclusivamente da causa indígena, que não tem autonomia. Tudo, para resolver, precisa falar com o coordenador regional, entendeu? Eu acho que dificulta essa situação. Então, nós precisamos ter autonomia no DSEI. Certo? Eu anotei também, aqui, outros questionamentos que eu gostaria de fazer. Em relação ao posto, já fiz. A questão... Outro questionamento também que eu já fiz, aqui, é seríssimo, que os colegas, aqui, deixaram de passar é a questão da AIDS. Eu já tenho feito comunicação à FUNASA a respeito de casos de AIDS na área indígena. Eu nunca soube de um rastreamento que foi feito; eu nunca soube de um relatório que foi feito a esse respeito. Ora, veja bem, se nada for feito, Excelência, daqui a mais ou menos 10 anos, nós vamos ter uma epidemia de AIDS desastrosa dentro das áreas indígenas. Vai ser triste, mas já foram avisados. Nossa parte, nós temos feito, isso eu garanto. E estamos, aqui, à disposição de V.Exas. para qualquer pergunta que V.Exas. acharem conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradecemos ao Sr. José Leite Piancó, administrador da FUNAI.

Passamos a palavra ao Sr. Marconi José Carvalho Ramos, Coordenador Regional da FUNASA no Estado do Maranhão.

O SR. JOSÉ ARÃO LOPES - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a permissão para eu ir aqui fora, porque a imprensa está me chamando para dar uma entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Tem toda.

O SR. JOSÉ ARÃO LOPES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Não deixe de voltar.

Com a palavra o Sr. Marconi.

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Boa-tarde a todos os Srs. Deputados, a demais lideranças, aqui, presentes e ao público que está, no plenário, de maneira geral. Meu nome é Marconi José Carvalho Ramos. Eu sou o atual Coordenador Regional da FUNASA. Entrei a partir de 2006. Quando adentrei aquela



Casa, nós tínhamos a figura de um interventor, que tinha vindo da Presidência, chamado Orlando Nóbrega. Então, eu assumi, ainda sob intervenção, e foi criado... Na época, tinha um grupo de trabalho. Era formado pelo Sr. Orlando Nóbrega, pela Consuelo e pelo auditor Cardoso, e tinha mais a Aída, e com eles eram 2 funcionários da Presidência, em Brasília. Então, o Distrito Sanitário Especial Indígena, durante toda a minha estadia na Fundação Nacional de Saúde, ele nunca esteve, propriamente, sob uma jurisdição minha, porque eu não coloquei nenhum dos chefes do distrito até hoje. Então, eles sempre foram colocados, estavam lá sob o comando da Presidência. Entretanto, embora não tenha colocado nenhum dos chefes do distrito, não posso negar que, do dia que eu entrei — começo de 2006, fevereiro de 2006 — até hoje, já avançamos muito em determinados pontos em relação à saúde indígena. Primeiro que, quando cheguei àquela Casa, não tínhamos o registro de coisa nenhuma em relação a nenhum tipo de doença, nem tuberculose, nem câncer, nem psicopatias, nem coisa alguma. Outra coisa que precisa ficar clara é que hoje temos todo um banco de dados dessas doenças, cujo banco de dados construiu-se a partir dos profissionais da saúde que são colocados em área. Temos hoje mais ou menos uma cobertura de praticamente 100% em termos de profissionais da saúde. Quer dizer, os profissionais estão em área. Temos dificuldades? Temos. Tínhamos um contrato de locação na FUNASA que cobria toda área indígena. Esse contrato foi até abril de 2007. Ele finalizou e foi feito um emergencial. Como havia várias denúncias de comunidades indígenas em relação a esse contrato, a Presidência achou por bem terminar o contrato e não dar continuidade mais a nenhum tipo de locação. Causou problema? Causou. Não tivemos mais a cobertura de transporte que tínhamos na época. Hoje não temos. Entretanto, a Presidência também viu-se acuada, não sabia se aceitava as denúncias dos indígenas ou se proibia de uma vez a locação de veículos. Qual foi a medida que ela tomou? Mandou para cá 8 veículos. Não dá para cobrir? Não dá. Isso aí não posso negar nem aos indígenas aqui presentes, nem a nenhum dos Srs. Deputados: não temos como cobrir a área indígena com o transporte que temos. Entretanto, não podemos parar de uma vez a saúde do Maranhão, temos que continuar. O representante da FUNAI colocou o seguinte, que há 9 meses tem uma licitação ocorrendo na CORE-MA e que essa licitação não vai nem para frente, nem



para trás. Isso não é fato. O senhor é FUNAI, o senhor não é COPASA. Então, isso não ocorre lá. O que acontece é o seguinte, é que temos mandado o contrato para auditoria em Brasília, inclusive esse contrato já passou até pela vista do TCU para saber se a gente faz ou não. Por quê? Porque pelo contrato anterior — que não fui eu que fiz, quando cheguei lá ele já existia desde 2002 — passei a responder a um processo administrativo indisciplinar por um contrato que eu não fiz. Então, eu hoje já me coloco receoso em botar minha assinatura de uma coisa que vai me dar prejuízo mais tarde, até porque temos a CGU todo mês dentro da FUNASA e auditoria interna todo mês é na FUNASA. Então, temos de prestar conta de tudo isso. Então, o que ocorre? Enquanto Brasília não mandar o sinal verde para o contrato de locação, não podemos fazer, até porque tem uma portaria que disciplina isso e diz o seguinte, que qualquer contratação acima de 300 mil reais — contratação, licitação, qualquer coisa que se faça acima de 300 mil reais — tem que passar pelo critério da Presidência. Então, se ela não aprova, não temos como efetivar isso. Não é uma questão da CORE-MA. Quando me perguntam hoje qual é o trabalho das COREs no Brasil, o trabalho da CORE é análise de projeto e fiscalização de ação de saúde; ela não faz outra coisa. CORE hoje não tem recurso, não existe centralização de recurso para nós. A gente vive administrando contingência. Não é porque o Presidente da FUNASA não queira, ele faz o trabalho dele, é porque a questão do deslocamento de recurso para a Fundação Nacional de Saúde está muito complexa, até porque hoje é o órgão mais fiscalizado no Brasil, podemos dizer. Não só em nível de Presidência ou de regional, mas no Brasil inteiro é o órgão mais fiscalizado. Então, temos de ter todos esses cuidados. Ouvi também uma crítica do companheiro... Eu estive até com ele ontem à noite conversando sobre alguns problemas das comunidades indígenas, o Arão, falando sobre medicamento de uso contínuo. O medicamento de uso contínuo, minha gente, que não faz parte da farmácia básica, a FUNASA nem sequer pode comparar esse medicamento. Esse medicamento teria que ser adquirido na rede do município, até porque está na hora de os municípios no Brasil inteiro começarem a tratar o índio como munícipe. Esse é o problema. À FUNASA cabe a atenção básica dentro da aldeia. Mas ela não pode simplesmente... Por exemplo, nós não podemos interferir em nada em hospital. Apenas nos hospitais que recebem os recursos — que o



nosso amigo Lourenço sabe disso — do PSFI é que nós temos que, de vez em quando, fazer uma visita, mandar uma equipe lá para ver como é que está funcionando. Mas nós não podemos interferir. De fato, nós não podemos fazer compara de medicamentos. Nossas comparas de medicamento da farmácia básica são centralizadas em Brasília. E de Brasília é que vem para os Estados. Nós não temos essa autonomia, de forma alguma. E em relação a esses medicamentos, eles teriam que ser adquiridos na rede municipal, porque são 3 níveis de complexidade. A primeira é atenção básica. Atenção básica é aquela que se dá dentro da aldeia, é com um profissional da saúde, contratado pelo PSFI via Prefeitura, que tem que estar na aldeia dando atenção de saúde ao indígena. No segundo momento, vem a média e a alta complexidade. A média e a alta complexidade não podem ser dadas pela FUNASA, até porque não é missão dela — está descrito em lei. A média e a alta são dadas pelo município, pela rede SUS. Então, ou ele é atendido na rede SUS do município, ou ele vem para as referências maiores. Seriam: Teresina, São Luís e Imperatriz. Em relação às CASAls, na época lá das ONGs — que não é do meu tempo; eu não estava na FUNASA nesse período —, vários grupos indígenas tinham suas ONGs, as organizações, e essas organizações possuíam as CASAls. Mas na estrutura da FUNASA, enquanto repartição de governo, só existem 3 CASAls: Teresina, São Luís e Imperatriz. Só. Não existe outra. Então, nós não podemos fazer nenhum despesa em CASAls particulares. Se nós fizermos, nós vamos para o TCU, vamos responder por isso, de qualquer maneira. Então, na verdade, a administração pública hoje, em qualquer órgão — as pessoas que estiverem aqui presentes e são administradores públicos devem saber disso —, em qualquer órgão, ela é contida pelas amarras da legislação. Nós não podemos avançar nessa questão, infelizmente. Agora, estamos fazendo ação de saúde? Estamos fazendo, com o que temos. Com o que temos, porque nós somos limitados. Nós temos que entender o nosso limite, o que nós temos e o que nós podemos fazer. Infelizmente, a complexidade é essa. O transporte... Dou toda razão aos indígenas aqui presentes, toda razão. Em termos de transporte, nós estamos precários. O que poderia ser feito no Maranhão foi feito. Nós fizemos o contrato com a (*ininteligível*) para recuperar todos os automóveis que tínhamos, para poder colocar na área indígena. Mesmo assim, não resolve o problema. Eles não estão errados em relação a isso. Mas isso



é uma questão que independe da nossa vontade, até porque aqui nós não fazemos compara de automóvel. A compara é centralizada. E, diga-se de passagem, o Maranhão foi um dos Estados que recebeu maior número, um dos Estados que recebeu maior número de automóveis — foram 8 — para cobrir uma área indígena que dá para montar um Estado com o tamanho da área. Então, o esforço é muito grande. Nós sabemos que os indígenas têm razão em suas reivindicações. Sabemos que muitas vezes existe uma diferença entre as colocações que são feitas e a realidade dos fatos. Sabemos também que, dentre todos esses problemas... Muitas vezes, nós já sentamos — eu, o Arão, o Kakrose e outros indígenas —, discutindo essas situações, para tentar achar um ponto de equilíbrio nisso. Na verdade, a questão indígena ultrapassa essa linha que nós temos de compreensão. Ela é uma complexidade muito grande. Para resolver de fato a situação dos índios, nós teríamos que ter era uma ação interministerial, porque só dois órgãos de Governo que vivem com problemas e necessidades constantes, como FUNAI e FUNASA, não dão conta de sanar todas essas necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradecemos ao Sr. Marconi José Carvalho, Coordenador da FUNASA no Maranhão, e encerramos a primeira parte desta audiência com a oitiva de todos os convocados.

Passamos à segunda parte, neste momento, que serão as interpelações dos senhores deputados a todos os senhores convocados.

Eu peço a atenção dos senhores para anotarem, se possível, aquelas que lhe couberem bem como peço aos colegas Deputados que, ao interpelarem, por força de documentação desta CPI, possam diretamente informar a quem dos senhores está questionando a matéria.

A partir das questões que haverão de ser levantadas pelos senhores parlamentares, nós adentraremos na terceira etapa, que será a resposta dos senhores, para finalizar esta reunião.

Passo a palavra, neste momento, como Relator da Comissão e com o precedente regimental, ao Deputado Vicentinho Alves, que fará as sua indagações.

Deputado Vicentinho Alves, com a palavra V.Exa. e, desde logo, agradeço pela doação que V.Exa. tem feito — e registrando ao Maranhão — a doação que V.Exa. tem oferecido o melhor de si na procura de soluções que são próprias do



múnus que nos é definido por lei. Eu queria deixar publicamente aqui, no Maranhão, este agradecimento do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, Deputado Vital do Rêgo Filho; caros colegas Deputados, saúdo a todos na pessoa do eminente Deputado e muito competente amigo Madeira, que também representa Imperatriz e o Maranhão no Congresso Nacional. Cumprimento todos os convidados convocados na condição de convocados, como testemunhas. Cumprimento toda a comunidade de Imperatriz na pessoa de Sr. João Matioli.

Eu quero contar uma passagem rápida, Sr. Presidente. Aqui, em Imperatriz, eu já residi por mais de um ano, quase dois anos, quando, na minha função de aviador, piloto, trabalhei com o Sr. João Matioli no frigorífico aqui em Imperatriz. Portanto, bons momentos vivi na cidade de Imperatriz. E também tenho origens aqui no Maranhão. Eu sou de Tocantins, de Porto Nacional, e a minha saudosa mãe é uma maranhense de São João dos Passos. Portanto, é sempre uma alegria voltar aqui à cidade de Imperatriz e ao Maranhão.

Sr. Presidente, eu vou começar com Licínio, que representa a Missão Caiuá, no Mato Grosso do Sul.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Não, senhor, não represento a Missão Caiuá. Eu sou funcionário da FUNASA e represento o DSEI do Maranhão. Hoje, eu represento o DSEI do Maranhão. Distrito Sanitário Especial Indígena. Não sou representante da Missão Caiuá.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Ah, a Missão Caiuá não existe aqui?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Não, existe, mas...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Quem é o representante?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Não, não foi convocado. A gente trabalha junto deles, tem uma parceria com eles, mas não foi convocado o representante da missão.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Então, eu quero fazer algumas perguntas a V.Sa. V.Sa. é de acordo que saúde pública, educação e segurança é um dever do Estado ou não? É uma pergunta. Pode anotar, depois, V.Sa. me responde.



Porque eu compreendo, como homem público, que é um dever de Estado, não tem que ser terceirizado. O Presidente, agora, acaba de dizer que não tem nenhuma relação com ONG, e aqui estamos vendo a missão Caiuá. Vimos lá no Mato Grosso, está chegando aqui, parece que já está chegando lá também em Minas Gerais. Eu quero crer que não se deve terceirizar, por dois aspectos: primeiro, nós temos que respeitar a questão da cultura e da religiosidade das etnias. À medida que você tem uma Missão Caiuá evangélica — nada contra os evangélicos — ou uma católica, você tá tirando ali também a condição cultural de crença etc. do povo indígena.

Então, como Relator, de antemão, já quero aqui deixar registrado, e já comentei com o Presidente, que vamos sugerir ao Governo Federal, sugerir ao Presidente da FUNASA a extinção de convênio com essas ONGs. Temos é que ter na FUNASA um plano de cargo, carreira e salário, porque já estamos com mais de 20 anos sem fazer concurso na FUNASA, a saúde pública é dever do Estado. Se tiver que fazer convênio, que faça com a Prefeitura, faça como Governo de Estado, faça com o poder público. Será muito mais... Teremos muito mais visibilidade e vamos ter condição muito mais de fiscalização. Eu sou radicalmente contra essas ONGs.

Por exemplo, eu gostaria de saber de V.Sa., Licínio, se existe convênio com Missão Caiuá no Maranhão e qual o valor desse convênio. Quantos milhões? Eu gostaria de ter esse dado para melhorar nosso relatório.

Como são feitos — outra pergunta — os investimentos na saúde indígena na região? Quais são os recursos humanos utilizados pela FUNASA também na região, na área específica da saúde indígena? Quantas mortes aconteceram na região de crianças menores de 5 anos, e quais foram essas causas?

Essas são inicialmente as nossas perguntas, e eu faria os outros todos e em seguida eles respondem.

Pois bem, agora vamos lá no Dr. Marconi José Carvalho.

Eu iniciaria com uma pergunta: quanto tempo a frente, mas já foi dito que é a partir de 2006. Como é o entrosamento — pelo visto aqui não está havendo, mas compete a mim perguntar —, como é o entrosamento entre a FUNASA e a FUNAI? Se existe, se vai bem, se vai mal, se precisa melhorar, como é o apoio da FUNASA na região?



Quantas crianças morreram de subnutrição na região? É outra pergunta. Quais as ações que estão sendo tomadas na região para melhorar a saúde indígena? Quais os recursos humanos utilizados pela FUNASA na região? Bancos de dados V.Sa. já registrou que agora existem. ONGs: há convênio com ONGs da FUNASA na região? E, se há convênio, quais os valores desses convênios? E se há convênio e valores, tem funcionários em atraso com seus salários? O transporte já foi registrado que falta. Havendo problema na legislação, Dr. Marconi, qual a sugestão para melhorar a legislação, para se ter mais agilidade na prestação do serviço, principalmente do combate à subnutrição de crianças indígenas por subnutrição. Se a FUNASA tem todo um cadastro das mortes de crianças indígenas por subnutrição é outra pergunta.

E a outra pergunta: se nas aldeias — porque nós detectamos muito em Mato Grosso do Sul — a questão da falta de água tratada para atender as aldeias, se isso está a contento. Se o programa da bolsa-alimentação, da cesta-alimentação, está funcionando bem nas aldeias e se, após isso, além disso, está-se tendo o trabalho da cadeia alimentar. Quer dizer, a criança ela tem que vir do... se o pré-natal está a contento, o trabalho de nutrição à criança e depois a cadeia alimentar, se nas aldeias isso vai para a FUNAI, já é da FUNAI. Mas eu pergunto em seguida — é sobre a cadeia alimentar — o que a FUNAI está fazendo para alimentar os nossos índios; se está havendo agricultura familiar lá nas aldeias; se está se plantando, enfim, se também a FUNAI está cumprindo com o seu papel. Mas nós vamos chegar lá.

Então, essas são algumas perguntas que eu gostaria de fazer a V.Sa., além da sugestão para o combate da subnutrição de crianças indígenas: qual a sugestão bem prática que a FUNAI e o Dr. Marconi têm para o nosso relatório?

Com relação à FUNAI, Dr. José Leite Píancó, quanto tempo V.Sa. está à frente da FUNAI?

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Cinco anos

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Cinco anos. V.Sa. é filiado a algum partido político?

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Não.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Como está a situação dos cadastros dos indígenas para recebimento de bolsa-família e cestas básicas na região?

V.Sa. pode ir anotando e responder em seguida, porque eu vou concluir a todas e depois o Presidente conduz as respostas.

Houve morte de crianças indígenas por subnutrição? Se houve, quantas? Quais as ações que estão sendo tomadas na região para melhorar a saúde de indígenas por parte da FUNAI? Como é o relacionamento da FUNAI com a FUNASA na região? V.Sa. responde a algum inquérito por denúncia de desvio de corrupção na sua gestão? Sim ou não? Se houver uma denúncia, que nos responda. Quais as recomendações que V.Sa. colocou aqui recomendadas pela Procuradoria? Qual o trabalho da FUNAI com relação ao combate à fome nas aldeias? Qual o trabalho no campo na área da agricultura? Se existe, se está funcionando bem ou se precisa melhorar e qual a sugestão. A FUNAI tem procurado a FUNASA periodicamente? De que forma? Qual o relacionamento da FUNAI com o Poder Público municipal? Qual o relacionamento da FUNAI com o Conselho Tutelar, porque não vi aqui a presença do Conselho Tutelar, que trata... se o Conselho Tutelar tem um bom relacionamento com a FUNAI, se há um trabalho com as crianças e os jovens indígenas, tanto nas aldeias quanto nas cidades.

Ao Vereador José Arão Lopes.

O senhor é Vereador em Grajaú, descendente de índios, pelo que eu vi, Guajajara. Como é feito o trabalho com os indígenas, entre os indígenas e os órgãos, na sua visão, FUNAI e FUNASA. O senhor é de acordo à terceirização da saúde através de ONGs? A outra pergunta: o trabalho — eu vou repetir e talvez solicitar novamente a sua fala, mas é para contribuir aqui com o relatório —, esse trabalho entre as lideranças indígenas e as instituições FUNAI e FUNASA, ele está sendo positivo? A Missão Caiuá, que está chegando agora ao Maranhão, o trabalho dela está sendo positivo? Se for sim ou não, faça aí um comentário. Como é a relação entre os órgãos e a sua etnia? Como está o tratamento dado à suplementação alimentar das crianças, ao seu ver, nas aldeias indígenas?

Agora, vamos ao Jonas Gavião.



Jonas, quais os impactos sofridos pela etnia Gavião, desde o contato com a sociedade nacional? Sociedade nacional a que me refiro é porque a gente chamava os brancos, mais popularmente. O que você... como você vê esse choque cultural?

E eu vou fazer uma pergunta também para todos os índios, todas as lideranças indígenas.

A gente tem andado pelo Brasil afora e tem crianças que, quando nascem gêmeas, dependendo da aldeia, eles vão lá — é a cultura — e têm que matar aquelas crianças, porque uma... não se sabe qual é a do mal e qual é a do bem. Se nasce com uma mancha na pele também tem que exterminar aquela criança; se nasce com problema de hidrocefalia, também. Enfim, quando nasce com um defeito, tem que matar aquela criança. Então, eu gostaria de ouvir a etnia de vocês: se tem essa cultura, se não tem, o que vocês pensam sobre isso, se vocês pensam como o Relator — que a vida está acima de tudo — ou não. Eu gostaria de conhecer melhor essa questão cultural no caso aqui do Maranhão.

Qual a situação da saúde indígena, Jonas Gavião, na aldeia? Há muitas mortes por subnutrição, ou não? Nessa cultura e crença nas aldeias de vocês, vocês preferem ter a crença própria ou outras religiões, católica ou evangélica? Porque nós já observamos, em certas aldeias, que tem índios que querem a sua própria crença. Acredita no Deus, mas na forma dele.

Ao Lourenço — e vai servir também a você, Antônio —, as mesmas perguntas, porque se referem... para ganharmos tempo aqui e contribuir com o nosso Presidente e com todos os colegas que também vão usar da palavra: como a FUNASA presta apoio técnico ou financeiro na saúde indígena na região? Como são feitos os investimentos na saúde indígena da região?

É outra pergunta: como é o relacionamento do Conselho com a FUNAI e a FUNASA? Além da morte de crianças indígenas por desnutrição, quais são os problemas mais críticos da região?

Portanto, Sr. Presidente, essa é a nossa fala. Agradeço a V.Exa. pelo tempo e fico aguardando a resposta por parte dos convocados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eu agradeço ao Sr. Relator.



A quantidade de questionamentos de V.Exa. demonstra o tamanho da sua responsabilidade em estudar a matéria. Por isso mesmo, divergindo da orientação anterior, nós vamos abrir um espaço rápido, conciso, objetivo, para que os senhores respondam ao Relator. Depois, nós voltaremos a perguntar, já em blocos de 2 Deputados, 2 em 2, para que nós possamos ter mais celeridade, mais objetividade. Os senhores respondem...

Pois não.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Só um minutinho. Eu quero informar a todos que às vezes a gente deixa de anotar porque tem as notas taquigráficas. Todas irão para a Câmara, para os nossos consultores, juntamente com o Presidente, conosco, e todos os membros desta CPI. Nós haveremos de ouvir todas as notas para fazer um bom relatório.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Excelência, em relação às duas últimas perguntas, me desculpe, eu não entendi. Eu gostaria que o senhor repetisse, por favor, da FUNAI, para mim.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Eu perguntei quanto tempo V.Sa. está à frente da FUNAI; como está o cadastro dos indígenas para recebimento de bolsa-família e cesta básica na região; quantas crianças morreram de desnutrição na região; quais ações estão sendo tomadas na região para melhorar a saúde indígena. Perguntei se V.Sa. tem algum processo, alguma denúncia por corrupção ou não. Se houver, qual? A que se refere? Como é o relacionamento da FUNAI e da FUNASA?

Quais as recomendações, que V.Sa. colocou, do Ministério Público para orientar e que não estão sendo cumpridas? Qual o programa que V.Sa. está executando para a cadeia alimentar? Porque não basta ela pegar a criança, levar para o Centrinho, alimentar a FUNASA, fazer a parte dela, devolve a V.Sa. E V.Sa., a qual programa está dando seqüência? V.Sa. está plantando nas aldeias? V.Sa. está usando máquinas nas aldeias, incentivando a produção para eles darem continuidade? Porque a cesta de alimentos, ela é pouca. Você bate uma vez por mês, deixa ali a cestinha, é pouca. E nós temos índios com cultura de plantar; outros, de catarem na selva. Então, vamos usando a sua cultura de acordo com a cultura ali do indígena, a FUNAI com a sua responsabilidade ali zelando da alimentação, porque senão, daí uns dias, essas crianças voltam.



O que V.Exa. está fazendo com relação às crianças e aos jovens para dar-lhes diversão, dentro do seu meio cultural? Qual atividade cultural para que... que dê ocupação e atividade às crianças nas aldeias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Feitos os esclarecimentos, eu solicito aos senhores que à mesma ordem da exposição inicial nós obedeçamos aqui. Então, pelas minhas anotações aqui, primeiro é o Carmona que vai falar.

Eu reitero a solicitação: a exposição acabou, agora são respostas objetivas, diretas, àquilo que foi comentado, sem comentários, para se responder à pergunta feita.

Carmona, com a palavra.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Boa-tarde, novamente. A primeira pergunta, na minha opinião, a saúde, a educação, a segurança e... têm que ser com o Estado. Eu acho — acho não, tenho certeza — que tem que ser do Estado. Mas, como o senhor já disse que nós temos muito tempo sem ter concurso público na Fundação Nacional de Saúde, a gente não tem o contingente para suprir a necessidade do trabalho da FUNASA. Então, aí vem... Nós também não temos fundo direto, fundo a fundo para estar contratando as pessoas. Aí vem a ONG, a Missão Evangélica Caiuá, que há muitos anos trabalha com a saúde indígena, acho que há mais de 100 anos. Ela pura e simplesmente contrata as pessoas que a gente determina que têm que ser contratadas. Eles não têm ação nenhuma dentro das aldeias em questão religiosa. Então, contrata com a gente e repassa os servidores, a gente trabalha com servidores. A questão dos óbitos de menores de anos, nós temos aqui...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Em relação à ONG, existe um convênio. Eu gostaria de saber o valor desse convênio.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Sim, eu estou na seqüência. É a questão do...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - É que o senhor já está saltando para outro assunto.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Ah! Está bom.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Eu gostaria de, neste tema...



O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - O investimento que tem na ONG, na Missão Evangélica Caiuá, é 3 milhões e 100 para contrato de pessoal. É um recurso pequeno para contrato de pessoal, porque é muito oneroso o valor do salário dos servidores.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - É mensal ou anual?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Anual, anual. São 3 milhões e 100 anuais, depositados em 3 parcelas. Cada parcela... Em 4 parcelas. De cada parcela, de 3 em 3 meses, a gente presta conta. O DSEI faz o relatório do que aconteceu dentro do trabalho, e a gente presta conta com a Presidência. Quanto aos óbitos, nós temos aqui 2005 — eu fiz um levantamento... Eu até queria dizer para o senhor que eu também tenho um relatório, que depois quero entregar para a Comissão, porque aqui estão todos esses dados referentes ao trabalho que são recebidos das aldeias, através dos profissionais contratados. O índice de mortalidade infantil, com atestado de óbito — ou pela SIM, pelo Sistema de Informação de Mortalidade —, nós temos 16 óbitos em 2006; em 2007, 28 óbitos. Em 2006, deu um índice de mortalidade infantil, por 1.000, 41.5; e agora, em 2007, deu 55.3 de mortalidade infantil. É muito alto, mas para a dificuldade do trabalho, eu acho que nós estamos conseguindo reduzir essa mortalidade, embora... Nós temos procurado melhorar esses dados, porque vinham muitos dados sem atestado de óbitos, e isso não tem como considerar, não tem como considerar. Então eu acho que a partir de agora a gente vai estar trabalhando, vai estar melhorando essa mortalidade. O investimento da saúde indígena, nós temos aqui 4 tipos de investimentos: nós temos hospitais referenciados, que são referenciados e recebem incentivos, que recebem 967.344 reais, em 11 hospitais da região; nós temos a SAES, que recebe 9 milhões, 254 mil e 400, em 9 municípios. Agora, como os senhores são sabedores, a Portaria 2.656, de 17 de outubro... vai estar cada município cuidando do seu índio, então nós vamos estar com 16 municípios recebendo esses incentivos. À FUNASA, para administração direta do Distrito Sanitário Especial Indígena, são 6 milhões de reais, para compra de medicamento, algum medicamento que seja necessário, combustível, e todo o trabalho para ser feito de uma administração direta do DSEI. E a Missão Evangélica, como eu já disse para o senhor, é um investimento de 3 milhões e 100 anual. Acho que é isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Uma informação adicional: como nós temos um controle taquigráfico, e a Câmara nos cedeu também um controle audiovisual, nós teremos a possibilidade de buscar oficialmente qualquer informação suplementar, através da Comissão, aos seus órgãos e instituições respectivas. Não tenham a preocupação da complexidade total das respostas. O que faltar, a Assessoria vai cruzar as informações e solicitar.

Segue o Lourenço.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Para mim a pergunta foi lá no final, já jogada para mim, mas eu gostaria de falar um pouco do que eu gostaria de responder das perguntas que me cabem falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Respondendo às que foram feitas ao senhor.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Para mim foram duas, para mim, diretamente. Mas eu gostaria de entrar também em outras perguntas que eu preciso responder, a minha visão, porque eu acompanho diretamente, convivo diretamente com a comunidade na aldeia. E até mesmo dei sugestões para dois representantes da FUNASA. A primeira questão, as crianças menores de 5 anos: a gente precisa desse levantamento mais profundo, porque tem mais, não é só essa quantidade. A questão alimentar dentro da comunidade, a desnutrição. Eu digo hoje: em todo o Maranhão, não há programa, diretamente, com as populações indígenas, nas comunidades. Primeiro, às vezes são negados pela própria... a responsabilidade dos municípios, que o próprio Presidente da FUNAI tem. É o mínimo o que está fazendo, porque, para nós, quero dizer que convivemos com 1.000 indígenas, e para a agricultura vêm em torno de 700 reais pela FUNAI, que são divididos em várias comunidades que acompanho. Atualmente a gente está tentando, com o Estado ou o próprio município, diminuir a desnutrição não só com as crianças, mas com a população indígena, uma negociação com o Estado. Nessa resposta eu queria falar para vocês que nós estamos tentando. Por último, algumas comunidades estão tentando mostrar o anseio de ter uma agricultura voltada mais com qualidade, até mesmo para diminuir a desnutrição dentro da comunidade com a agricultura, acompanhamento técnico, principalmente porque sabemos que nós, indígenas, trabalhamos com o tradicional, mas é só para subsistência. Eu quero dizer para os



senhores reverem essa questão da nossa realidade que eu estou falando, porque ontem eu estive com o Secretário do Estado cobrando essa situação e hoje eu estou aqui falando aquilo que está acontecendo dentro da comunidade. Outra questão também, a pergunta: as crianças e a deficiência. Qual o impacto, primeiro... Qual o impacto... Aliás, terceirização mesmo. Vou descendo por ordem. Há impacto dentro da comunidade. Nós, primeiro, somos invasores em território. As terras do Maranhão são todas demarcadas, terra indígena. O maior problema que nós estamos enfrentando é a entrada de madeireiros, de grandes madeireiros. Nós temos uma área de preservação indígena no Maranhão — Alto Turiaçu, Araribóia —, mas muita entrada de madeireiras. Com essa entrada de madeireiras vêm... as próprias pessoas que entram usam entrada de alguns produtos para destruir: bebidas alcoólicas entram nas terras indígenas, nas comunidades; a ganância, também. Trazem pequenos objetos e trocam por madeira, enganando o índio, porque há necessidade. Até programas... Não há programação que atende à comunidade, deixa a desejar e, mesmo assim, há facilidade de entrada de qualquer produto dentro da comunidade indígena, porque a carência é grande. Outra questão, o impacto que vem, é essa questão de saúde mesmo, de não-atendimento. A questão também de educação. Vêm vários impactos. Se for enumerar, são muitos. Temos que delimitar mais essa questão. A terceirização da saúde, hoje, para nós, é mais uma armação para destruir a nós, povos indígenas. Entra e acaba com a união. O próprio convênio que veio destruiu as lideranças, dividiu povos, dividiu comunidades, porque não houve preparação de índio na época. Não houve sequer um treinamento para se entregar recurso para administrar. A FUNASA tirou a responsabilidade dele. E nós sabemos que, num documento, realmente a responsabilidade inteira é da FUNASA, desde acompanhamento, desde profissionais e treinamento de profissionais. Uma coisa que nós esquecemos também, respondendo, é por que que nós não queremos a terceirização? Porque, às vezes, não são preparados os profissionais. Contrata-se sem sequer uma preparação e joga aonde que cria problemas para os profissionais. Nós não aceitamos. Nós não aceitamos porque nós já conversamos sobre isso. Não à terceirização da saúde indígena. Nem para o município nós não queremos! Por quê? Me pergunte por quê. Recentemente recebemos, só para ter idéia... Foi mandado o valor de... Essa informação veio para



mim — eu quero até mesmo chegar e também se é verdade ou não: do município que recebeu 500 mil reais, se gastou 200, 300, ninguém sabe para onde que foi. Veio para a comunidade indígena daquela região, lá em Genipapo dos Vieira, segundo informação que chegou para a gente. Então, isso... Não só isso: tem programa que chega no município, não chega na comunidade, não chega para a população indígena. Ali mesmo volta atrás. Por isso que ele está... As crianças do município?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Ah, tá! Eu estou chegando lá. Eu estou chegando lá nas crianças, deficiência. Nós, no Maranhão, que nós já acompanhamos oito povos que existem no Maranhão, nós não temos esse problema com crianças com deficiência, graças a Deus não temos! Pelo contrário, nós acolhemos as crianças com deficiência. Algo que não está tendo é acompanhamento dessas crianças com deficiência por parte do órgão responsável. Sim, o Conselho Tutelar sequer não chega nas aldeias pelo município, não chega. Eu vou deixar bem claro aqui: eu estou aqui na Casa, em Imperatriz; tentamos negociar, sentar junto, a Prefeitura, pelo menos a organização central, sensibilizar um pouco a situação indígena que vem para o município Imperatriz, que a maioria de recebimento hospitalar são aqui em Imperatriz. A crença, eu... a religião, Por tempo, desde a chegada, houve muita mudança. Ainda existe índio com crença tradicional, mas com a mudança de entrada para tentar mudar, até proibir a fala, religião, hoje existe índios católicos, índios evangélicos. Inclusive, eu sou evangélico. Eu creio, eu sou evangélico. Por isso que, falando aquilo que não... Eu não quero nada assim distorcido. Eu sou evangélico, e a minha comunidade realmente, assim, um exemplo, são uns tradicionais, outros não assim *(ininteligível)*. Outra... Bom, a questão da FUNAI e FUNASA — até mesmo a última, a penúltima pergunta: que serviço presta? Eu quero dizer a verdade para vocês. A FUNAI, como eu já falei, o programa da FUNAI, hoje, que cabe a nós, que nós acompanhamos, que nós assiste, foi dividido muitas... A responsabilidade da FUNAI é apenas agora para acompanhar na fiscalização, qualquer coisa que acontece com o índio e o branco, para responder, a demarcatória de terras indígenas. Os programas que vêm, como eu já falei, eles têm ido procurar para trazer o benefício, assim, para a



alimentação e alguns programas que nós acompanhamos diretamente com aonde que cabe, digamos... Exemplo: Imperatriz, programa Bolsa-família, que vem, nós acompanhamos, mas tudo é pelo município, para quem sabe... Quem decide a quantidade do Bolsa-Família é o município. Às vezes não chega. Última vez, por exemplo, no nosso município, só veio 30 Bolsa-Família para... enquanto nós temos quantos alunos? Nós somos 600 alunos. Só veio 30 Bolsa-Família! Outros programas sociais também nós acompanhamos, que é programa federal, que a FUNAI informa para a gente, que acho que todos sabem o programa social: aposentadoria, auxílio-maternidade...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Então, pelo que eu entendi, V.Sa. coloca que a FUNAI vai muito bem aqui.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Bom, em alguns lugares. Depende muito da administração, a pessoa responsável que está à frente; depende de lugares, porque depende da negociação.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - A FUNAI é comandada pelo José Leite Piancó Neto. No Distrito, como é que vai sendo a forma de se gerenciar? Se vai bem, se precisa melhorar e o que que precisa melhorar, porque nós precisamos ouvi-los, porque nós vamos fazer um relatório propositivo inclusive, propositivo. Nós vamos ver o que que tem de problemas e sugerir as soluções. Talvez a gente possa dar uma grande contribuição aos senhores.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Bom, eu, primeiro lugar, eu não faço parte da administração de Imperatriz. Eu sou de Tocantins. A nossa questão política, nós ficamos em Tocantins, mas eu acompanho diretamente, porque, como eu trabalho na organização, eu acompanho, eu converso com ele e acompanho, até discute idéias. Sempre ouvir indígena, porque acho que, ouvindo o indígena, você faz um bom trabalho. Se você não ouvir o indígena, se você decidir em cima, chegar na comunidade indígena, não se faz nada. Por isso, assim, o trabalho que eu acompanho, ele faz aquilo que é na medida do possível, e também as comunidades reconhecem, porque é discutido com a comunidade, discutido com os caciques, com as pessoas que representam na comunidade dentro da área, como FUNAI, que está na área. É discutido. Então, o que para melhorar, acho que ter mais condições para sentar. E é preciso conversar mais também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Obrigado, Lourenço.

Com a palavra, para responder de forma objetiva às questões que foram perguntadas, o Sr. José Arão.

O SR. JOSÉ ARÃO LOPES - Eu, iniciando a minha fala, eu queria fazer um comparativo aqui para o Sr. Relator: a primeira pergunta e a quinta, eu acho que elas são idênticas. É que diz qual é a relação de indígenas e órgãos e, na quinta pergunta, o relacionamento entre órgãos e índios.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ ARÃO LOPES - Existe situações... Por exemplo, o Lourenço foi muito feliz quando ele faz uma observação em relação à gestão da FUNAI de Imperatriz. Eu faço uma crítica em relação à administração executiva da FUNAI de São Luís, porque nós temos ainda duas administrações aqui. E eu faço, antes disso, uma observação. Eu quero ser bem objetivo, pela orientação da Comissão, mas vale ressaltar aqui que, em setembro do ano passado, o Presidente da FUNAI, o Sr. Márcio Meira, ele, através de uma portaria, extinguiu 3 núcleos da FUNAI de Barra do Corda, 3 chefes de núcleos com 9 chefes de postos indígenas da FUNAI, daquela região de Barra do Corda. Então, desde setembro do ano passado, através de uma portaria que foi emitida no dia 10 de setembro, em uma segunda-feira ou em uma terça-feira de setembro de 2007, exonerando todos esses cargos de confiança e extinguindo esses núcleos da FUNAI da região de Barra do Corda. E lá os parentes, desde aquela época, estão jogados à própria sorte. O que é que eu estou querendo chegar nesse ponto. Uma vez essa ação sendo tomada pela Presidência da FUNAI, os índios daquela região, como referência... Uma parte está referenciada pela administração da FUNAI de São Luís. E para nós foi uma surpresa uma atitude mais uma vez da própria Presidência da FUNAI.. Não tenho nada contra partido "a", "b", "c" ou "d", mas nós entendemos que a FUNAI é uma instituição que a pessoa, para administrar a FUNAI, seja ele a nível central, seja ele principalmente nas administrações regionais, que tenha pelo menos um pouco de identificação com a comunidade indígena com a qual aquela pessoa vai trabalhar. E aqui, em São Luís, nós tivemos uma surpresa com a nomeação de uma assessora da Deputada Helena, do PT, da Deputada Estadual. A sua assessora Cláudia Cristina foi nomeada para ser Administradora Executiva da FUNAI em São Luís. Para nós isso



foi uma afronta! É uma derrota para o movimento indígena, para nós, lideranças indígenas! Estou aproveitando o momento aqui porque a gente não vai ter outra oportunidade de expor esse problema para vocês. Mas, para nós, foi uma derrota em todos os sentidos, porque é uma mulher que não tem a menor identificação com a gente. Ela esculhamba, desafia as lideranças indígenas por telefone, não... diz que o atendimento com ela tem que ser daquele jeito, porque ela é quem manda na FUNAI de São Luís. Então, é só uma observação que eu quero fazer em relação a isso.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Só para me...

O SR. JOSÉ ARÃO LOPES - Pois não.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Pelo que eu entendi, a FUNAI está sendo partidarizada no Maranhão...

O SR. LOURENÇO KRIKATI - É, com certeza.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - ... ou seja, o PT está à frente, comandando a FUNAI do Maranhão.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Essa.... O PT na Administração da Executiva Regional da FUNAI de São Luís. Que fique bem clara essa minha observação e a nossa indignação também em relação a isso, porque é complicado. Os senhores têm essa função de trabalhar, vieram aqui e tudo, mas uma mulher... Nada contra as mulheres, mas pelo menos que tivesse um pouco de respeito com nossas lideranças e nossos líderes maiores, que são os mais idosos! E isso não está acontecendo. Quero isso como uma recomendação que vocês levem também ao Presidente da FUNAI, que para nós é muito preocupante e pode também trazer danos ainda mais com relação às nossas comunidades indígenas. Em relação à FUNAI, a gente tem embates com a FUNASA. Às vezes a gente senta numa mesa para conversar e, depois, também a gente não tem acordos cumpridos. Nós fizemos o TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público, em 2003. Já fizemos vários acordos. Tem o Conselho Distrital de Saúde Indígena do Maranhão, que, às vezes... Eu sou membro da coordenação, faço parte, mas muitas das programações que a gente coloca para que esse conselho se reúna, definir as prioridades, para que elas sejam executadas, na hora de executar essas ações, as ações não acontecem. E em relação à terceirização, eu sou contra a terceirização das ações de saúde



indígena, seja ele... Quer dizer, sempre fui contra, mas agora com a edição dessa Portaria 2.656, que foi a portaria ministerial que saiu, repassando, dizendo eles que vai orientar melhor a contratação desses profissionais da saúde pelos municípios. Mas nós entendemos, e que isso fique bem claro aqui, que nós temos prefeitos que são inimigos declarados dos nossos parentes indígenas por município, por questões históricas, por questões pessoais, por questão administrativa, por questão política. Aqui no Maranhão temos isso bem claro, mas também temos municípios que têm um bom relacionamento com a comunidade indígena. Exemplo disso é em Grajaú: nós temos essa afinidade com a Prefeitura municipal, que repassa integralmente o recurso que é repassado para contratação de profissional. Mas nós temos município também, prefeito aí, que ele contrata o irmão dele, a irmã dele como secretária de saúde. Por trás disso, também contrata ela como médica da saúde indígena ou como odontóloga da saúde indígena. E para nós é complicado. E quando se pede uma prestação de contas desse recurso repassado para as prefeituras para que eles apresentem para o Conselho Distrital, até para a própria FUNASA, eles simplesmente não mandam a listagem desses profissionais nem para a FUNASA nem para o Conselho Distrital. De repente, está-se contratando gente que nem mora nos municípios e nem mora do Estado, porque a gente não tem conhecimento da folha dos profissionais que são contratados, porque os prefeitos batem no peito e dizem: *“Olha, aqui quem manda sou eu. Se tiver que responder a alguma ação na Justiça, sou eu que vou responder, e não a FUNASA”*. Nesse ponto, eu acredito até que eles estejam certos, porque esse recurso, fundo a fundo, ele é repassado no acordo meramente de um telefone, mais ou menos. Não existe um acordo assinado nem pelo prefeito com a FUNASA, da FUNASA com o Ministério do Planejamento... Não existe nada oficializado amarrando o repasse desses recursos. Ele é repassado direto de fundo a fundo da Prefeitura lá, que ninguém sabe de que forma é controlado isso. A mesma coisa, um incentivo hospitalar. Um incentivo hospitalar também é um recurso que entra nos hospitais sem nenhum acompanhamento, sem nenhuma fiscalização. De repente há até a duplicidade de pagamento de atendimento de indígenas naquela unidade onde é referenciado. Aqui, em Imperatriz, a gente tem tido indígenas que o Hospital Socorrão, não sei se é 1 ou 2, tem-se recusado a atender — nossos parentes — quando são referendados pelos



municípios. Recentemente uma parente nossa veio para cá e o médico disse que não ia atender porque o médico lá tinha feito lá um tratamento daquela índia e ela tinha que voltar. Imaginem os senhores quando essas ações, esse tipo de dificuldade for repassado para o município, o município sem uma preparação técnica, sem o treinamento, uma capacitação para receber a nossa clientela, que nós somos nós próprios. Para nós é muito mais ainda complicado. A questão da suplementação alimentar nas aldeias: eu não vejo, assim, uma alternativa, uma iniciativa, nem por parte da FUNASA nem por parte da FUNAI, uma questão mais permanente. O que existe aí é essa cesta básica, que é um paliativo, que não dá resposta de fato àquilo que se precisa, porque a cesta básica chega em um mês, depois chega a 2 meses e depois chega no outro. E, por outro lado, vicia. A gente sabe que a boa vontade da FUNAI ou do Governo Federal é de levar isso para dar um retorno, mas também deixa acomodado. E, na nossa sugestão, é que a FUNAI tenha um aporte maior de recurso, para que faça um programa voltado para as comunidades indígenas, para que tenha um retorno de fato na questão da produção agrícola nas comunidades indígenas. Bom, finalizando, eu faço só como uma observação, porque foi falado aqui na questão do impacto e o que causa ainda mais esse desastre no nosso Estado do Maranhão. Se eu fosse citar aqui, são vários os problemas que trazem, mas existe uma outra situação que a gente passa no Maranhão também: a retenção de cartão de aposentado pelos comerciantes nos municípios. Está fora do contexto? Está, mas só estou falando como observação, porque a causa de retenção desses cartões também está levando mais fome para nossas aldeias, porque tem aposentado recebendo 15 reais por mês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Antônio Kakrose com a palavra.

O SR. ANTÔNIO KAKROSE - Colocando sobre a FUNAI, que tem o núcleo de apoio, que é subordinado à Administração de Imperatriz: da mesma forma que é administrado aqui com as outras aldeias é trabalhado também lá com o Chefe de Núcleo de Apoio, em Kanela. Colocando também sobre a terceirização, já que a FUNASA... Desde que a FUNASA assumiu, por que terceirizar mais assim pela prefeitura? Porque nós moramos no município e conhecemos a discriminação pelos municípios, até nos próprios hospitais, os prefeitos, alguns profissionais, que nós



somos discriminados pelos hospitais e pelas prefeituras. Então, deveria ser... Essa contratação não podia ser passada, conveniada com a prefeitura, mas ser contratada direto com a FUNASA. Já que a FUNASA assumiu, tem toda a responsabilidade, faça uma forma para fazer o contrato direto com esses profissionais, não terceirizar pela prefeitura nada, que nós conhecemos (*inaudível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Jonas Gavião, cadê você? (*Pausa.*)

Passo à frente.

José Leite Piancó Neto. (*Pausa.*) Foi também ao sanitário.

Marconi com a palavra.

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - A primeira pergunta é como é o entrosamento entre FUNASA e FUNAI. O que posso dizer é que o entrosamento é difícil, porque é uma questão histórica. A saúde indígena saiu de dentro da FUNASA, levou mais da metade do recurso; saiu de dentro da FUNAI, passou à FUNASA, levou quase a metade do recurso, e isso causou um transtorno muito grande entre os servidores da FUNAI, e eles até hoje não souberam trabalhar isso. Em relação a trabalhar em equipe, o coordenador da FUNASA está perto para trabalhar em equipe, até porque sou professor da universidade, e não tem lugar para se trabalhar mais em equipe do que na universidade. Então, estou sempre aberto, agora desde que nós tenhamos objetivos comuns. Se for para fazer a coisa certa e a gente trabalhar em conjunto, tudo bem; agora, se for para dar apoio a determinadas ações que não concordo, como pegar carro, acabar com carro da FUNASA, dar prejuízo de 30 mil a 40 mil ao Erário do Governo, isso aí não vou concordar com a FUNAI nunca! E não há cultura no mundo que faça achar isso certo! Em relação às crianças, a quantas crianças morreram de subnutrição, segundo os dados que temos... Porque só podemos computar dados feitos pelos profissionais de saúde, não existe outra forma. E, além disso, nós só podemos computar uma morte com a Certidão de Óbito. Não tem outra forma de fazer isso. Então, pelo que nós sabemos, aqui nós temos 1 caso de morte por subnutrição direta. Outra pergunta: quais os recursos humanos da FUNASA? Nós temos recursos humanos em área, que é a contratação dos profissionais de saúde pelo PSFI, programa de saúde familiar indígena. Esses profissionais são contratados através da Prefeitura, e o recurso que



os indígenas estavam falando é passado fundo a fundo, do Ministério da Saúde para as Prefeituras, não é via FUNASA. Sai do Ministério da Saúde direto para as Prefeituras, para os municípios que têm população indígena, para fazer o atendimento de saúde em área indígena. A quarta pergunta: se há convênio. Não, o único convênio que nós temos é esse com a Missão Caiuá, que foi feito pela Presidência da FUNASA, claro. Na verdade, foi feito para nos ajudar aqui, porque, como disse o Deputado, nós temos 20 anos que não temos concurso; nós temos uma média de 4 a 6 aposentadorias por mês, na Coordenação Regional, o que está causando transtorno muito grande; nós temos 2 mil funcionários descentralizados que não podemos trazer de volta, porque a lei manda descentralizar. A gente pode requisitar um ou outro, mas não pode trazer o que necessitamos. Não temos concurso esse tempo todo, e isso está nos levando a um marasmo muito grande nas ações de saúde, porque o funcionário mais novo da FUNASA hoje está, em média, com 50 anos de idade.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Então, V.Sa. concorda com a idéia, a sugestão de se fazer o plano, reformular o Plano de Cargos e Salários, concursos e o atendimento direto, é isso?

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Concordo. Agora só teria um adendo a fazer, técnico. Vai ser uma dificuldade e tanto o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão fazer um Plano de Cargos e Salários para 42 mil servidores da FUNASA.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não entendi, porque se o Estado não dá conta de gerenciar seu recurso direto ele vai dar via ONG, que já está virando franquia? Mato Grosso do Sul, Missão Caiuá; Maranhão, já há aqui; Minas Gerais, quer dizer, Missão Caiuá virou franquia de atendimento à FUNASA.

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Não, eu concordo que não deveria ser através de ONGs. Por que não? Porque a ONG, no caso, eu acho que é uma questão provisória. Ela deve ocorrer ali para cumprir um determinado momento, depois, pronto, acaba e tem de sanar a situação. Agora, é como estou dizendo, é difícil se fazer um Plano de Cargos e Salários desse. Porque, quando fizeram a descentralização, fizeram de forma errada, porque os funcionários descentralizados deveriam ter passado para o quadro da SAS, do Ministério da Saúde, e eles



continuam na FUNASA e não trabalham com (*ininteligível*). A outra pergunta é em relação... se nas aldeias tem problema em relação à água. O Maranhão tem a maior cobertura de água tratada em aldeias indígenas; são 70% atualmente. Eram 61% e, até o final de 2007, nós praticamente chegamos a 70%. É a maior cobertura do Brasil, segundo os relatórios da FUNASA, aqui, na (*ininteligível*) do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Gavião, está com você para as respostas que lhe couber.

O SR. JONAS GAVIÃO - A minha pergunta é sobre impacto desde contato com os não-indígenas, que a gente fala os brancos. Assim, a gente tem... o povo Gavião enfrenta impactos sociais e culturais, entendeu? Porque a gente enfrenta invasão de caçadores, pescadores, coletores de frutas, madeireiro. Isso a gente enfrenta. A penetração que ela entra... impactos sobre as doenças, porque existe hipertensão... É uma referência que tem de contato. Muitas doenças de diabete; eu falei de hipertensão; as doenças transmissíveis, que é AIDS, que está surgindo muito. No levantamento que a gente fez, tem 18 casos. É muito preocupante, entendeu? E a gente enfrenta assassinato de povos indígenas Gavião e não há justiça até agora, pelo que eu sei. Isso é o impacto que a gente vem enfrentando sobre o povo Gavião na região. E a gente não tem esse receio, esse preconceito de nascer criança gêmea para a gente matar. A gente nunca tem... eu nunca tenho visto isso, porque a gente tem as nossas regras de como a gente evitar nascer criança gêmea. Como a gente... como vem acontecendo esse impacto, não há mais a regra de o povo Gavião...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Como, Gavião, é a regra? Você pode falar ou tem algum... Se tiver eu respeito, Gavião.

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Então, tudo bem. Só vou explicar como é essa regra. Dou um exemplo. Se você encontrar uma banana gêmea, você não pode comer, entendeu, porque você vai gerar uma criança gêmea, pode ser mulher ou pode ser o homem, tanto faz os 2. Esse é um ponto que eu vou falar. Mas isso, a gente não tem isso, porque dentro do povo Gavião tem vários gêmeos que não foram mortos; nenhum. Agora, se morrer é por doença. Mas o pai, a mãe, a família nunca fizeram isso, nunca aconteceu. E você... a mancha, defeito,



nunca aconteceu na nossa família, no povo Gavião. Mas, assim, como está tendo essa coisa de não acreditar, está acontecendo, as crianças estão nascendo com problema de mentalidade, com defeitos, talvez, no pé, no braço, alguma coisa assim está acontecendo, mas porque não estão acreditando mais nas suas regras. É a crença que a gente tem. A gente tem nossas crenças. A gente tem a Missão Novas Tribos do Brasil dentro do povo Gavião, desde 60. Assim, tem um... até agora, tem umas 10, 11 pessoas que estão acompanhando ser religiosos. Isso está acontecendo, mas a gente... nós temos as nossas crenças. A gente acredita nas nossas crenças, porque a gente... o povo Gavião faz muita festa, e eles acreditam nas crenças deles, não importa ele ser irmão, ele ser religioso, mas ele tem (*ininteligível*) na sua cultura, na sua tradição, porque eles... A gente tem conversado que você pode aprender uma crença, uma cultura, mas você tem que valorizar mais a sua. Então, a gente tem as nossas crenças ainda, continuam. E a saúde do povo Gavião é muito conflitante, porque, na comunidade indígena, a gente não tem o medicamento, nós não temos pólo, nós não temos transporte, nós não temos assistência em nada. Já está com 1 ano que está acontecendo. Na minha fala, eu disse que não há atendimento adequado para aquele povo. Recentemente, o nosso pólo foi processado pela entidade que possibilitou para acontecer e foi desmontado o pólo. Está dividido. Uma parte está acontecendo em Amarante, na cidade, e uma parte está acontecendo na aldeia. Então, não tem um atendimento adequado para aquele povo, entendeu? E a desnutrição — existe desnutrição dentro da comunidade indígena — está acontecendo com as crianças, e a gente não tem acompanhamento para isso. Bom, é isso a minha colocação.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Deixa eu só fazer mais uma pergunta, Sr. Presidente, com a sua aquiescência. Ela é importante. O SISVAN; V.Sa. tem conhecimento desse programa? É o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

O SR. JONAS GAVIÃO - Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Nenhum?

O SR. JONAS GAVIÃO - Não tenho.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Eu, assim... chegaram a falar para a gente.



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Mas não há esse programa nas aldeias?

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Não. O programa... Na verdade, só falaram, mas não chegou ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Sr. José Leite Píancó Neto.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Em relação aqui a quantos índios são cadastrados para o recebimento de alimentação, nós temos na nossa jurisdição 8 mil índios, em 7 postos indígenas, que cuidam de 102 aldeias. São 8 aldeias Gavião e 98 aldeias Guajajara, encravadas dentro dos Municípios de Arame, Amarante, Buriticupu, Santa Luzia, Grajaú e Bom Jesus das Selvas. Veja bem, para a gente é muito difícil, porque os benefícios sociais, normalmente, vêm via município, e o município procura priorizar a comunidade não-índia, entendeu? Então fica muito difícil para nós, como FUNAI, buscar esses benefícios junto à Prefeitura. Mas são cadastrados, mais ou menos, 8 mil índios. E nós recebemos do MDS, na média, 1.800 cestas básicas, todo ano. Isso já está praticamente sendo regra. Todo ano temos recebido. Em relação à FUNAI e à FUNASA...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - É suficiente?

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - De forma alguma. Não. A relação FUNAI/FUNASA é péssima. Como eu posso comprovar em documentos, ofícios nossos encaminhados, tratando de todos os assuntos da área indígena — assuntos diversos, problemas de saúde, falta de água, viatura —, esses documentos vão para lá, esses ofícios, e nós não temos respostas deles. Como pode ser também comprovado através de contas telefônicas tanto da FUNASA quanto da FUNAI, vocês verão que a FUNAI liga praticamente toda semana para a FUNASA, e a FUNASA não liga de forma alguma para a FUNAI, entendeu? Então nós temos essa forma. Então o que a gente queria da FUNASA era isso, que ela respondesse a contento os nossos ofícios, desse uma satisfação. A gente sabe que ela não vai poder resolver tudo, mas dá uma satisfação. O nosso coordenador falou aí que a FUNAI concorda que índio prende carro, acaba com carro. De forma alguma. Excelência, para você ter uma idéia, eu estou há 5 anos como administrador de Imperatriz. Eu tenho 22 anos quase de FUNAI. Eu fui praticamente 10 anos chefe de



SEAD, que é Serviço de Administração, e estou há 5 como administrador. Os índios da nossa região nunca prenderam um carro da administração de Imperatriz. Porque vocês podem perguntar a eles — os presentes aqui que são (*ininteligível*) — que eu deixo bem claro: se prender a gente vai lá — a FUNAI, a FUNAI — junto com a polícia, vai lá e toma. Primeiro, a gente negocia com eles e vê o que foi. Por isso que a gente recomenda o quê? Chamem a gente, vejam o que vocês estão tendo, para a gente conversar, antes de fazer esse tipo de ação, entendeu? A nossa queixa com a FUNASA é esta: quando os índios fecham a estrada ou prendem um carro deles, simplesmente eles mandam um ofício para gente, um ofício dizendo assim — aí fala tudo, não é, de suma importância, tal, tal, tal —: *“Mediante esta, solicito providências quanto ao resgate da viatura”*. Ora, tem que entender que nós não somos polícia. A FUNAI não é polícia. Nós não somos o Corpo de Bombeiros. Nós somos um órgão para dar apoio às comunidades indígenas. Dentro da legalidade, a gente tem feito isso. Agora essa história de a gente ir lá sozinhos... Poxa, se os índios têm um problema de saúde, a FUNAI vai lá dizer o que para os índios? Entrega o carro? Eles não entregam. Nós temos tido situações tensas na área indígena em relação a isso. Então o que a gente quer aqui, o que a gente pede mais uma vez à FUNASA é que quando houver problemas dessa forma eles vão junto com a FUNAI à área. A FUNAI não se nega. Deixo isto bem claro: nós não vamos nos negar, nem nunca nos negamos, de ir junto com a FUNASA ao local onde está tendo problema para negociar com os índios. Porque eles é que têm que dizer o que podem fazer ou não em relação à saúde com os índios, não a FUNAI. A FUNAI não cuida da saúde. Eu quero deixar isso bem claro. Se eu respondo a inquérito? Graças a Deus, não. Nunca respondi, até a presente data. As recomendações do Ministério Público. Nós já presenciamos várias recomendações, como a entrega de viatura, o atendimento. Mas a principal que eu acho, assim, é a questão que a FUNASA assuma de fato a saúde. É uma recomendação do Ministério Público do Maranhão, que recomenda que a própria FUNASA assuma de fato a saúde, e não as ONGs. Isso é uma recomendação do Ministério Público. Agricultura. Em relação à agricultura, nós como FUNAI estamos deixando muito a desejar. Eu reconheço isso. Para vocês terem uma idéia, nós recebemos... A administração de Imperatriz, com 8 mil índios, 120 aldeias, recebe, por ano, 120 mil reais. Ora, isso é um verdadeiro absurdo. Se você



for colocar nas aldeias, proporcionalmente, nós temos aldeias que recebem 500 reais, entendeu? Quinhentos reais! É um absurdo. Enquanto... Porque a gente faz proporcionalmente às aldeias, a gente distribui proporcionalmente. Então, é por isso que a gente busca as alternativas, como eu falei, a questão da emenda parlamentar do ano passado, que foi quinhentos e poucos mil. Quer dizer, a gente recebe 120 mil por ano da FUNAI. Quer dizer, só da emenda foram quinhentos e poucos mil. Do UNEP e Banco Mundial nós recebemos quase 550 mil de projetos, entendeu? Então, quer dizer, nós buscamos as alternativas, fora a FUNAI. Então, uma das sugestões em relação a isso que pedem aqui é que realmente... Vem aqui o caso que o nobre Deputado ali sugeriu à FUNASA, a questão do Plano de Cargos. Nós temos um plano de carreira aí que está desde 2005 sendo discutido com o Ministério do Planejamento, que melhora muito a situação da FUNAI, porque, enquanto a FUNAI não se organiza, o Ministério disse que não vai repassar recursos para a FUNAI. E nós temos batalhado por isso. Nosso plano exclusivo, o PCI, estava pronto, diz-se que ia ser implantado este ano, e nós tivemos uma notícia agora que o Ministério de Planejamento não colocou no recurso deste ano. Então, a gente gostaria de ter a colaboração de vocês, que dessem essa ajuda também para a FUNAI, porque seria mais fácil, porque nós temos... A forma que a FUNAI procura aqui a FUNASA. A gente procura através de ofício, telefones e pessoalmente, como nós podemos comprovar em documentos. Em relação a quais programas de jovens nós fazemos... em situação de risco. Nós temos feito encontros de jovens. Todo ano a gente faz encontros de jovens nas regiões para conscientizar, procurar buscar alternativas, junto... com o apoio da educação, da Secretaria de Educação de Brasília.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E o SISVAN?

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Conheço não, doutor.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - O senhor não conhece o programa...

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Não, não tenho conhecimento do SISVAN.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - ...como coordenador da FUNAI?



O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Eu conheço o SIVAM, que é o Serviço de Vigilância da Amazônia, que inclusive nós temos na nossa administração, mas do SISVAN eu não tenho conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Quer dizer que o Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional não chega até a FUNAI do Maranhão?

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Não. Pelo menos na minha mão nunca passou um documento relacionado a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Concluindo.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Certo. Se o Conselho Tutelar é presente. Não, de forma alguma.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E V.Sa. pode explicar por que não?

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - O Conselho Tutelar?

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - É.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Posso explicar, sim. Vou citar aqui um caso. O último caso que nós soubemos dessa questão que o senhor colocou muito bem, a questão de que existem grupos que, quando nascem gêmeos, matam o outro, nós tivemos na década de 90 — eu não me lembro bem —, um caso aqui em Krikati. Se não me engano, foi em noventa e poucos isso, não foi, Lourenço, mais ou menos? Foi o último caso que houve. Nos procuraram e nós orientamos. A mãe estava naquele estado (*ininteligível*), disse que não queria e tal. E a comunidade, junto com a FUNAI e os parentes fizemos um trabalho de conscientização. Aceitaram, entendeu? Chamamos o Conselho Tutelar, que só participou uma vez com a gente aqui. Nunca foi à aldeia. E nós, como FUNAI, e o Lourenço, os índios, fomos resolver o problema. Esse foi o último caso. Eles não fazem... não se fazem presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O.k.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Eu acho que é mais ou menos... basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Bom, agradeço ao Sr. Piancó Neto...

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Sr. Presidente, queria ressaltar só uma coisa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Não, agora, não. Daqui a pouco.

Esta Comissão é de subnutrição. E eu vejo que os senhores precisam também se alimentar, senão nós vamos entrar também num processo de subnutrição.

Eu interrompo os trabalhos por 10 minutos. Aqui há um lanche para os senhores expositores e convocados.

Dentro de 10 minutos, no máximo, nós ouviremos os demais. Temos 5 inscrições ainda. Vamos ouvir 2 blocos de Parlamentares, que deverão ser, como os senhores, extremamente objetivos. São 3 horas e 20 minutos de reunião. Está encerrada momentaneamente a reunião para... devido à satisfação de necessidades alimentares e fisiológicas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Convoco os Srs. Deputados que estão à mesa para se fazerem presentes à Mesa e peço aos queridos colegas de trabalho da secretaria da CPI os últimos ajustes no sentido de recomeçarmos o nosso trabalho. Aos seus lugares. Vamos lá.

São 14h35min. A Comissão Parlamentar de Inquérito responsável por investigar causas e conseqüências da morte de crianças indígenas por subnutrição, entre os anos de 2005 a 2007, reinicia as suas atividades.

Sr. Parlamentares, temos inscritos o Deputado Madeira, o Deputado Ilderlei Cordeiro, o Deputado Cleber Verde, o Deputado Carlos Brandão e o Deputado Edio Lopes. Passo a palavra...

Cadê o Madeira, nosso anfitrião querido, o Deputado Sebastião Madeira? Estou feliz, Madeira, porque você tem uma aprovação muito grande nesta cidade. É um comentário extracomissão, extra-atividade, mas as pessoas com que tenho vivido esses momentos aqui em Imperatriz — todas, todas elas — falam do seu caráter, do seu compromisso com esse povo, e é por isso que você é tão bem quisto aqui.

Vamos começar. Passo a palavra ao nosso anfitrião. Quero dizer aos senhores que através do seu requerimento, junto com o Deputado Waldir Neves, o colega Parlamentar Sebastião Madeira propôs a instalação desta CPI. Também digo



aos senhores que através da sua insistência, do seu compromisso com este Estado, estamos aqui. Aprovamos requerimento de S.Exa. convocando todos os senhores e, com o seu prestígio, com a palavra dos Srs. Parlamentares do Maranhão — e aqui eu tenho 2 que foram extraordinários na aprovação desses requerimentos, 2 colegas da CPI, este Deputado Cleber Verde que é meu amigo e irmão, e o Deputado Carlos Brandão, companheiro nosso, a quem eu tenho o prazer de participar, de conviver —, estamos aqui hoje.

Passo a palavra ao Deputado Madeira para as suas indagações.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Queremos dizer da nossa satisfação de ver esta CPI instalada hoje aqui em Imperatriz. Quando no ano passado e, principalmente, em 2006, toda a imprensa nacional começou a pipocar notícias sobre a morte de crianças indígenas em Mato Grosso, em Roraima, em Rondônia, no Maranhão, nós, depois da eleição, começamos a articular a criação desta CPI. Fizemos um requerimento pedindo a sua instalação, fomos batalhar pelas assinaturas. Para se criar uma CPI é preciso ter pelo menos 171 assinaturas de Deputadas, se for CPI na Câmara, que é o caso. Cheguei a umas 120, 130 assinaturas e achei que não ia conseguir. Aí o Deputado Waldir Neves, do Mato Grosso do Sul, pediu-me para ser co-autor, e aí entrou e ajudou-me a conseguir as assinaturas. S.Exa. é muito mais insistente do que eu para conseguir as assinaturas e conseguiu o restante das assinaturas necessárias.

Daí para frente foi uma nova batalha, porque houve dificuldade de os partidos indicarem os membros e, mesmo depois de indicados os membros, estava custando muito, e aí nós entramos com um mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal, eu e o Deputado Waldir, e aí o Supremo determinou que a CPI fosse instalada.

Em fevereiro, ela começou o funcionamento, com a eleição do Presidente e a escolha do Relator. Por felicidade, um Parlamentar com quem eu praticamente não tinha nenhum contato, não lembro nem que já tivesse conversado com S.Exa., foi eleito Presidente, o Deputado Vital do Rêgo Filho, e demonstrou durante esses trabalhos ser extremamente competente na condução desta CPI: agregador, democrata no seu procedimento. E graças a isso esta CPI fugiu daquela luta ideológica e partidária. Em vez de ser uma CPI para tentar encurralar o Governo, ou



o Governo tentar desmoralizar a Oposição, a CPI tem funcionado realmente buscando esclarecer as causas das dificuldades da saúde indígena no Brasil.

Temos ouvido dezenas e dezenas de autoridades do Mato Grosso do Sul, especialmente, que é onde esse assunto foi mais debatido, mas também de outros pontos do País, do Ministério Público, autoridades da área indígena, o Presidente da FUNASA em Brasília. E a CPI já foi ao Mato Grosso, hoje está aqui, sábado e domingo estará em Cruzeiro do Sul, no outro extremo do Brasil. Então, quero aqui, por uma questão de justiça, agradecer e homenagear o trabalho do Deputado Vital do Rêgo Filho, que eu nem conhecia. Lá são 513 Deputados, às vezes você passa anos e anos, vê só de vista e nunca se dirige àquele Deputado. E também foi indicado Relator um amigo nosso, vizinho aqui do Tocantins e que conhece toda a realidade do Maranhão e do Tocantins. Filho de maranhense, inclusive. S.Exa. foi comer alguma coisa, porque ninguém é de ferro. Trata-se do Deputado Vicentinho Alves. S.Exa. já morou aqui em Imperatriz; já declarou aí. Portanto, Imperatriz recebe os membros desta Comissão: Deputado Ilderlei, lá do Acre; o Deputado Edio Lopes, que está aí, de Roraima; o Deputado Cleber Verde, do Maranhão, ex-Vereador de São Luís, eleito Deputado e que está seguindo aí uma carreira brilhante — ninguém sabe, mas imagina onde chegará; chegará num ponto muito alto, viu Cleber —; e o meu amigo pessoal, colega de caminhada todo dia, lá em Brasília, vizinho de porta com o meu apartamento, o Carlos Brandão, Carlos Orleans Brandão Júnior, Deputado no primeiro mandato, mas muito experiente e competente, porque foi Chefe da Casa Civil do Governo do José Reinaldo. Acompanhou o José Reinaldo aí nos 8 anos de Vice-Governador, conhece os meandros da política maranhense. Foi o terceiro Deputado mais votado do Maranhão na última eleição.

Deputado Vital, eu, quase toda semana, conversava com o Governador José Reinaldo: “*José Reinaldo, estou preocupado com o Brandão. Dê uma força para ele, dê força para ele*”. No fim, fui eu quem corri, passei um sufoco danado na hora da apuração, e o Brandão disparou, aí, na minha frente. Isso é para eu aprender a cuidar de mim nas outras vezes, não é, Brandão?

Minha gente, nós queremos agradecer, além dos colegas, a participação dos que foram convocados, as lideranças indígenas, o Presidente da FUNAI, o



Coordenador-Geral da FUNASA, o Coordenador do DSEI. Nós interpretamos esse trabalho como uma enorme contribuição para melhorar a qualidade de vida das populações indígenas do Brasil, em especial do Maranhão.

A saúde indígena... Estou aqui com o Decreto nº 3.156, de 1999, que estabelece que o subsistema de saúde indígena não prejudica as atribuições da rede do Estado e municípios no âmbito do SUS.

O art. 1º diz:

“Art. 1º. A atenção à saúde indígena é dever da União e será prestada de acordo com a Constituição e com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, objetivando a universalidade, a integralidade e a equanimidade dos serviços de saúde”.

Então, aqui mostra que está claro que o Estado, a Nação tem obrigação de dar assistência aos indígenas.

E, aqui, mais à frente diz:

“A relação entre a rede do SUS e o subsistema de saúde indígena é estabelecida pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1163/99. Em seu art. 2º prevê como atribuição da FUNASA a manutenção de rede para atenção básica no território do Distrito Sanitário Especial Indígena, remetendo a assistência de maior complexidade à rede de estabelecimentos de saúde, numa articulação com os gestores municipais e estaduais”.

E aqui há muita coisa que eu não vou ler.

Eu li isso aqui para... Pelo depoimento do Sr. Marconi José Carvalho Ramos, quero dizer aqui para ele que algumas pessoas aqui do Maranhão, políticos, se manifestaram: “Madeira, o Marconi não é culpado?” Eu digo: “Nós não estamos buscando culpado; nós estamos buscando soluções, até porque sabemos que a maioria dos problemas que foram motivo de denúncia nacional foram fora da sua gestão, em gestões passadas, que motivaram a movimentação indígena, fechamento de ferrovia, de rodovias. Então, nós aqui não estamos procurando culpado; nós estamos procurando solução”.



Mas, pelo que vimos da fala do Superintendente da FUNASA, nós ficamos meio que presos, porque as lideranças indígenas reclamam da dificuldade do acesso ao remédio, da dificuldade do transporte, da dificuldade do acesso à assistência médica. E o Superintendente da FUNASA, que é... o Coordenador da FUNASA, que é o órgão para prover isso, vai e coloca também as dificuldades. Dificuldades no sentido de falta de recursos; dificuldades no sentido de dificuldades de licitação; dificuldade até de... se fizer qualquer coisa fora da estrita burocracia pública ser preso pela Polícia Federal. E, aí, como é que fica?

Parece que há razão de ambos os lados, mas o resultado disso é a paralisia, o resultado disso são os indígenas do Maranhão com assistência médica deficiente, o resultado disso é uma paralisação dessa parcial, desse trabalho.

Quando aqui diz que a FUNASA tem que fazer articulação com o Estado e os municípios para melhorar essa assistência, aí deixo a pergunta para o Coordenador: que articulação o Coordenador da FUNASA e a Direção da FUNASA têm feito com o Estado e com os municípios para cumprirem aquilo que a FUNASA não pode fazer, que é o tratamento de média e alta complexidade? Que articulação tem sido feita com a Secretaria de Saúde do Estado, com a Secretaria de Saúde de Imperatriz, com a Secretaria de Saúde de São Luís e de outras cidades onde há média e alta complexidade? Porque, conversando aqui, outro dia, na FUNAI com um grupo de lideranças indígenas, inclusive a Sônia, que infelizmente está convocada, mas hoje, me parece, está no exterior...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Está viajando, não é? Com o Lourenço e com outros que estavam ali, eles me falaram que a descoordenação é muito grande e que, às vezes, um paciente indígena precisa fazer um determinado exame, aí, ele é jogado para Montes Altos, jogado para outro. Quando chega aqui em Imperatriz para fazer o exame, só em deslocamento já foi gasto muitas vezes o valor daquele exame.

Então, fica esta pergunta: que articulação tem sido feita?

Outra pergunta: diante dessas dificuldades, que relatório, que demonstração dessa realidade, da mudança que ela requer tem sido levada para a FUNASA em Brasília e, mais do que isso, para aqueles que ajudam a elaborar essas leis para a



bancada do Maranhão, para a bancada federal, para a bancada estadual? Porque se nós ficarmos só amaldiçoando a escuridão, nunca vamos encontrar nenhuma réstia de luz que seja capaz de iluminar o caminho.

Aqui foi dito pelo Presidente pelo Diretor da FUNAI, o José Leite Piancó — e me parece que o Lourenço tocou nisso também —, da falta de cobertura vacinal.

Nós sabemos que as nações indígenas estão subalimentadas e vivendo em condições de saneamento extremamente precárias. Se não houver um cuidado na saúde preventiva, principalmente em vacinas, nós estamos cometendo um crime, condenando a que morra até de gripe.

O que tem de real, de concreto ou de falso nessa afirmativa de que não está havendo cobertura vacinal?

Outra pergunta: existem dados sobre a mortalidade infantil indígena no Maranhão? Porque a mortalidade no Brasil é o dobro da mortalidade... nos indígenas, é o dobro. Enquanto a mortalidade da população geral do Brasil é de 24 por mil crianças nascidas vivas, na população indígena é entre 48 e 50. Há anos em que sobe um pouquinho, anos em que diminui. Só isto já é um absurdo: a mortalidade de um dos segmentos da população do Brasil ser o dobro da mortalidade normal. Queria saber se há dados sobre a mortalidade das crianças indígenas no Maranhão?

Para o Sr. Licínio: parece-me que o DSEI do Maranhão tem menos de 1 ano... O DSEI no Maranhão tem quanto tempo?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - No Maranhão tem... É desde 99, desde a portaria. Eu estou aqui há 8 meses.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Ah! É o senhor está aqui há 8 meses?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Isso.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Qual a sintonia entre o trabalho do Distrito de Saúde Indígena e a FUNAI e a FUNASA? Parece-me que é um órgão que, se funcionar direito, seria de extrema importância nesse trabalho.

E, por último — e essa pergunta é para todos. Cada um responda rapidamente —, o que cada um de vocês... Essa pergunta é para desde o Coordenador da FUNASA até para o Sr. Antônio Krakose: o que, na opinião de



vocês, pode ser feito para melhorar a assistência médica, para diminuir a mortalidade, para melhorar o estado de nutrição dos indígenas no Maranhão, especialmente das crianças? Mas, não existe nada fora do contexto. Se as crianças têm subnutrição é porque os adultos também têm.

Poderia estender-me mais, mas vou encerrar aqui, para poder dar oportunidade para o Brandão também, sobrar uma pergunta para ele. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Madeira, querido companheiro.

Em homenagem ao Maranhão, e com anuência do homem de Roraima e do companheiro do Acre, nós vamos ouvir os 3 maranhenses, independente das suas inscrições, ouviu, Deputado Ilderlei? Com o seu apoio e com o apoio do Deputado Édio.

Eu passo a palavra ao co-autor dos requerimentos convocatórios, o meu queridíssimo Deputado Cleber Verde, do PRB do Maranhão. S.Exa., daqui a pouco volta para São Luís, porque lá está candidato a Prefeito de São Luís. *(Hein, Clebinho? Um abraço para você.)*

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Primeiro, Presidente, quero cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que tem desenvolvido à frente desta CPI, que tem a finalidade de identificar — nós temos aí — as conseqüências, as causas e apontar soluções, para que possamos ajudar a tirar essas dificuldades da população indígena.

Quero cumprimentar a todos os Srs. Deputados na pessoa do nosso querido amigo e companheiro de bancada, Deputado Madeira. Nós acompanhamos, inclusive, a sua luta em favor da instalação desta CPI, inclusive quando da solicitação à Mesa Diretora para a instalação imediata da mesma. E estamos aqui hoje graças a esta CPI, formada a requerimento do Deputado Madeira e ao requerimento de convocação dos senhores aqui presentes, aos quais quero também agradecer por estarem aqui dando suas contribuições para que possamos apresentar um relatório, como disse, de conseqüências e causas e busca de soluções para a situação que nos aflige de um modo geral na questão indígena.

Eu tive a oportunidade de acompanhar, na Câmara, alguns depoimentos de algumas autoridades, tanto da FUNAI, quanto da FUNASA, e outras muito ligadas à



questão indígena. Pude identificar alguns pontos que entendo de suma importância. O Dr. Márcio, Presidente da FUNAI, fez, inclusive, um breve relatório, um histórico da FUNAI quando nos fez lembrar o SPI, o Serviço de Proteção ao Índio, que foi criado em 1910, na época ainda do Marechal Rondon. Veio depois, em 1967, com a FUNAI substituindo, portanto, o SPI. Com a Constituição de 1988, tivemos algumas alterações na FUNAI que trouxeram, exatamente, a separação das ações de saúde, voltadas para o Ministério da Saúde, destinadas à FUNASA, e a questão da educação também voltada para o Ministério da Educação. E o Dr. Márcio deixou algumas inquietudes. E, obviamente, vou ter oportunidades aqui de poder me manifestar e dizer a ele que, no Brasil — e o levantamento feito por ele —, temos 222 comunidades indígenas, aproximadamente. Aqui, no Maranhão, são 28 mil índios aproximados, cerca de 7 comunidades indígenas. E dizia ele que a FUNAI tem um papel preponderante de colaborador. Na questão da saúde, especificamente, que é do que estamos tratando aqui nesta CPI, a FUNAI, muitas vezes, funciona como colaboradora.

Eu queria aqui já iniciar perguntando ao nobre representante da FUNAI qual é a colaboração concreta, prática, que a FUNAI tem dado à FUNASA nas acusações da questão da saúde. Essa é a primeira pergunta específica sobre a questão da FUNAI.

A segunda pergunta também, muito direcionada à FUNAI — caso seja pertinente a um outro dos amigos aqui presentes — é: qual o trabalho de ação social que a FUNAI tem desenvolvido com crianças deficientes no sentido de garantir a renda mínima do Programa LOAS, que é a Lei Orgânica da Assistência Social, que garante a *renda per capita* de um salário mínimo às crianças com deficiência, a exemplo das crianças acometidas com a síndrome de Dawn e outras deficiências que incapacitam para o trabalho. Nós sabemos que, muitas das vezes, culturalmente, algumas tribos têm utilizado a prática do infanticídio para se ver livre daquela criança, quando nós sabemos que esse programa de ação social pode e ajuda em muito, no nosso entendimento, a fazer com que aquela criança seja muito bem-vinda ao seio da família, porque passa a ter uma renda mínima, uma aposentadoria, uma renda assistencial e, portanto, deixa de ser um fardo pesado para ser um fardo positivo na família no sentido de agregar valor à família indígena.



Portanto, o que a FUNAI está fazendo no sentido de poder garantir a essas crianças — e aqui, como a CPI é muito direcionada à questão da subnutrição indígena, principalmente da subnutrição da infância, eu toco nesse ponto especial. Não vou nem tratar dos outros pontos da questão da aposentadoria rural, que é importante. Nós sabemos que o índio tem o trabalho reconhecido na condição da aposentadoria especial, da garantia da agricultura de subsistência, a mulher se aposenta com 55 anos e os homens com 60.

Mas, especificamente da criança, qual tem sido o papel da FUNAI nesse sentido de garantir essa renda mínima dada pelo Governo a essas crianças?

E, em relação à questão da FUNAI, eu queria perguntar, porque, aqui no Maranhão, tivemos recentemente... O último depoimento na Câmara foi do conselheiro do CONDISI, e ele dizia que são 34 conselhos distritais em nível nacional. O Maranhão tem um, mas o Maranhão, parece-me, de acordo com informações dele, é o que está menos avançado nas ações. Implantou-se, com muita dificuldade, um ano atrás, e nós sabemos da importância desse conselho no sentido de contribuir com as tribos indígenas, principalmente com as informações na elucidação e na busca de solução para a questão da saúde básica da população indígena. Então, por que o CONDISI, aqui no Maranhão, está tendo dificuldades de avançar no seu fortalecimento, considerando a sua importância no sentido de dar atenção à saúde básica da população indígena?

E, colocando de lado a questão da FUNAI e remetendo à questão da FUNASA, especialmente, ouvindo do Dr. Danilo alguns pontos, eu pude colher da sua fala, quando ele dizia que o Distrito Sanitário Especial Indígena — DSEI deu origem a esse programa que se iniciou no Mato Grosso do Sul, passou a ser um modelo, uma referência. E eu acho que é por isso que V.Sa. está aqui no Maranhão, porque o DSEI em Mato Grosso do Sul foi uma referência nacional, esse programa, e que vem agora culminando com esse modelo, que foi o DSEI, está vindo agora o SISVAN, que é um Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. E aqui eu pude observar na fala de cada um dos senhores que a questão alimentar é algo preponderante para a questão da subnutrição indígena.

Então, o SISVAN, que é um Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, passa a ser um instrumento extremamente importante nesse momento, até para



melhorarmos esses índices de mortalidade infantil. E, aí, há uma pergunta que quero fazer — e aqui me dirijo ao Dr. Marconi —: como está a implantação do SISVAN no Maranhão, uma vez que ele retrata bem essa questão desse acompanhamento nutricional? Como está a implantação do SISVAN no Maranhão, uma vez que ele tem sido uma referência da FUNASA em nível nacional? Essa é a primeira pergunta.

Como está o processo de vacinação, o meu amigo Madeira já perguntou, mas é só para ratificar, considerando que foi uma inquietude colocada entre muitas. As vacinações, o Madeira colocou muito bem — e faço das palavras dele as minhas. E eu queria perguntar ao Dr. Marconi... em 2002, não foi na sua gestão, V.Sa. assumiu, como disse para nós, em 2006, já pegou aqui o bonde andando, com as dificuldades inerentes a todas as... aquilo que foi apontado nacionalmente, no Maranhão não foi diferente... se a cooperativa, o Instituto de Cooperação Pró-Vida ainda tem algum tipo de convênio com a FUNASA Maranhão, uma vez que ela foi alvo das investigações do Tribunal de Contas, inclusive da CPI das ONGs no Senado. E, por último, qual a modalidade — e aqui é para a FUNASA —, qual a modalidade de formalização, acompanhamento e execução dos convênios de ONGs no Maranhão com a FUNASA de forma específica?

Eu acredito que as perguntas feitas pelo nobre Relator inicialmente foram bastante abrangentes, eu pude aqui perceber, inclusive, nas suas perguntas e nas respostas dos nossos convidados, convocados...

Portanto, Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito em relação às perguntas já formuladas e as que fiz, no sentido de poder dirimir alguns questionamentos e algumas inquietudes que ainda me restam. Pelo momento, eram essas as perguntas. Vou deixar V.Exa. dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Obrigado, Deputado Cleber.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Brandão, que, pela informação afetiva do Deputado Madeira, é um Deputado muito querido aqui do Maranhão, tanto é assim que até os seus próprios companheiros tinham preocupação com sua eleição, que se tornou retumbante. Com a palavra o Deputado Carlos Brandão, maranhense do PSDB.



O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Eu agradeço as palavras gentis do colega Vital. Quero parabenizá-lo, porque eu também não tinha um relacionamento com V.Exa., mas vi que está no lugar certo nesta CPI, com a sua prudência, com a sua paciência. Presidente de CPI tem de ter muita prudência e paciência. E V.Exa. tem conduzido com muita tranqüilidade, sabendo separar esses trabalhos da CPI, para que possamos realmente ter resultados positivos. Aqui ninguém está com essa intenção de fiscalizar nem de denegrir ninguém. O interesse disso aqui é o de que nós apuremos realmente essa questão da mortalidade infantil indígena e evitemos que no futuro aconteça novamente o que aconteceu no período de 2005 a 2007.

Quero saudar o Deputado Sebastião Madeira, que foi quem nos incentivou a entrar na CPI — nós não fazemos parte, somos suplentes desta CPI. E, em nome dele, quero saudar todos os Deputados, saudar os representantes da FUNAI, da FUNASA, os representantes das entidades indígenas, enfim, todos que estão aqui nos acompanhando neste momento.

As perguntas que eu ia fazer já praticamente foram formuladas aqui pelos colegas, mas eu queria... Ouvi aqui atentamente as reclamações, que não necessariamente fazem parte do que estamos apurando aqui, que é a questão da mortalidade infantil no período de 2005 a 2007. Mas vínhamos aqui aproveitando para, nesta discussão, ouvir várias reclamações que eu acho que são importantes para o nosso conhecimento. A questão da medicina preventiva foi bastante discutida aqui. Eu acho que existe uma falha muito grande, e aí se inclui o pré-natal, o pós-natal, a vacinação. São coisas em que estão bastante visíveis as falhas, uma vez que os representantes das comunidades indígenas estão aqui reclamando. Há a questão das viaturas que foram colocadas, que não é relacionada à mortalidade, mas é uma coisa que nós temos de discutir com a FUNASA; a questão das desinformações, tivemos aqui o depoimento do Superintendente da FUNASA, que já dispõe das informações, eu acho que falta só disponibilizar; a questão do PRODIN, que foi colocada também, que eu acho que é um programa importante, que está aí, que vamos ter, por uma luta que o Governo do Estado conseguiu, e pode disponibilizar recursos também para a agricultura familiar. Eu acho que isso aí nós podemos levar ao Governador Jackson Lago para acelerar esse processo no sentido de atender melhor a comunidade indígena, uma vez que estão reclamando aqui que



não estão sendo bem atendidos. Sistema simplificado de água. O sistema simplificado de água, que é um poço, a caixa d'água e uma rede para colocar água em cada casa, que hoje é um programa importante, que o Governo do Estado, na gestão do Governador José Reinaldo, colocou. Existia 50% na zona rural que não tinham sistema de água potável, nesse sistema simplificado, e ele conseguiu avançar isso para 20%. Hoje apenas 30% da zona rural não têm água. Então, acho que é um programa importante para a questão da mortalidade infantil, e nós podemos avançar. Está aí a FUNASA também, que pode ser colocada através de emenda de bancada, de emenda individual. É um programa que é a especialidade, vamos dizer assim, da FUNASA. A questão dos medicamentos, ouvimos aqui muitas queixas no que diz respeito à falta de medicamento. Medicamentos que chegam vencidos nas aldeias, a falta de posto de saúde, de serviço médico, enfim. Aí, envolve Prefeituras, envolve FUNASA.

Então, gente, o que nós notamos aqui também é que existe uma falta de coordenação e sintonia entre FUNASA e FUNAI. Uma reclamação grande. Cada um se defende por um lado, até mesmo porque essa divisão tirou poderes da FUNAI, que fazia tudo isso. Mas não existe uma sintonia. Isso é muito ruim, porque quem se prejudica são os índios. E sentimos aqui também por parte do representante da FUNASA a dificuldade que ele tem de implementar as ações. Ele não pode licitar, porque tem de ser por Brasília, a questão dos transportes. Ele não pode desenvolver qualquer tipo de ação maior porque depende de Brasília. Então, quer dizer, aqui está um faz-de-conta. Existem as instituições, mas elas não podem funcionar por questões de Brasília ou por uma questão de falta de entrosamento.

Então, acho que, nesta CPI aqui, o que tem de ficar esclarecido, numa mensagem que temos de levar para Brasília, é uma fórmula. Daí eu precisava do depoimento aqui do Superintendente da FUNASA e do Superintendente da FUNAI. Os representantes das comunidades nós já ouvimos. Eles têm muitas reclamações, mas não podemos fazer muita coisa. Mas acho que temos de sair daqui, Sr. Presidente, com uma decisão, uma posição deles que estão gerindo esses recursos, de como nós devemos resolver esse problema. A solução tem de partir deles, para que nós possamos cobrar isso das autoridades federais. Porque todos eles têm suas



dificuldades, e eu sinto que se nós não formos ajudá-los nesse problema, nós vamos continuar apenas empurrando com a barriga e um botando a culpa no outro.

Eu vi aqui — o Deputado Sebastião Madeira me mostrou —, no jornal *O Progresso*, algumas manchetes do dia 17 de abril de 2008. Isso é uma cronologia que fala sobre vários problemas indígenas daqui no Maranhão. E aqui essa cronologia... Todas elas, basicamente, vêm em cima da questão da saúde. Então, se aqui vários episódios aconteceram de relevância, onde consta a questão de paralisação de ferrovia, a questão de tentativa de interromper a questão da energia elétrica, quer dizer, são vários movimentos que foram feitos, mas basicamente esses movimentos foram feitos em cima da questão da saúde. Então, nós vemos que, se tivesse outro problema maior na questão indígena, ele estaria aqui nessa manchete.

Vou ler aqui rapidamente, vou tentar ser rápido, para que vocês saibam o teor dessas denúncias. No dia 17 de março de 2006, tem uma denúncia aqui: *“Com base nas denúncias de manipulação política feita pela Coordenação das Articulações e Organizações Indígenas do Maranhão, Associação dos Indígenas do Grajaú, Conselho indigenista Missionários (CIMI) e Universidade Federal do Maranhão, a Justiça Federal concedeu liminar determinando que a FUNASA realize uma nova Conferência Distrital de Saúde Indígena, preparatória para a Conferência Nacional”*. Quer dizer, é uma questão de saúde.

Uma outra manchete aqui do dia 15 de fevereiro de 2006: *“Indignados com atendimento da FUNASA, 500 integrantes de 8 etnias do Maranhão bloqueiam Estrada de Ferro Carajás e planejam mais ações. O grupo protesta contra a situação de saúde nas 17 reservas do Maranhão. Reivindica a reorganização dos distritos especiais de saúde, a distribuição de remédios e presença de médicos nos postos das aldeias”*.

No dia 11 de fevereiro de 2006, outra manchete: *“200 índios guajajara no Maranhão fazem 2 reféns e rendem funcionárias da FUNASA e ameaçam reocupar a Ferrovia de Carajás, caso não avancem as negociações para melhoria dos serviços de saúde”*.

No dia 24 de outubro de 2005, mais uma outra manchete: *“Os índios Guajajara da Terra Indígena Angico Torto bloqueiam a rodovia estadual MA-006 e interromperam, por 30 horas, o fornecimento de energia elétrica da cidade. Os*



Guajajara reivindicam melhorias nas condições de saneamento básico, remédios e médicos nos postos de saúde". No dia 04/05/2005, cerca de 200 índios guajajaras mantêm como refém o Secretário de Saúde do Município de Arame, cerca de 500 quilômetros da cidade de São Luís. Os indígenas exigem a melhoria do atendimento médico às aldeias e a renovação do estoque de medicamentos da farmácia do pólo. Eles alegam que as verbas federais estão atrasadas há 4 meses.

E a última manchete, do dia 16/03/2005: lideranças guajajaras anunciam a morte de uma criança de 2 meses, por pneumonia, na Aldeia Terra Nova, no Maranhão. A denúncia é de falta de apoio da FUNASA para sua transferência a um hospital. Segundo os guajajaras, essa é a sétima criança morta desde o início de 2005, por falta de atendimento de saúde.

Então, a gente vê que o grande problema aqui das denúncias que tomaram manchete no período de 2005 e 2006, Sr. Presidente, foi na questão da saúde. Então, eu acho que aqui é que é o foco maior. Eu gostaria de ouvir o Superintendente da FUNASA, assim como o representante, não culpando ninguém, mas escutando sugestões, para que a gente possa, lá em Brasília, ajudar; ajudar nosso Estado, ajudar as etnias, porque acho que é o nosso papel, nossa função. Fomos eleitos por este Estado e nós vamos cumprir essa missão.

Eu quero encerrar deixando aqui a nossa sugestão para que, talvez, Presidente, seja feita até uma reunião com o Presidente da Federação dos Municípios, os representantes dessa região indígena, os Prefeitos também, nessa reunião, participando FUNAI, FUNASA, representante dos índios, e os Prefeitos, que também gerenciam recurso de parte da saúde, para que a gente formule um documento nesta CPI e leve às autoridades, para que a gente encontre um consenso: se realmente será gerido pela FUNASA, o que vai ficar para a FUNAI e o que vai ficar para os Prefeitos.

Então, seriam essas as nossas colocações. O restante foi muito bem colocado aqui por todos os colegas que fizeram pergunta anteriormente a mim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Carlos Brandão e faço minhas as palavras de S.Exa. no sentido de tentar consolidar uma relação mais harmoniosa entre instituições públicas.



Vou passar a palavra ao queridíssimo amigo e irmão Deputado Edio Lopes, do PMDB de Roraima, que, de forma extremamente solidária, atendeu o convite desta CPI para esta viagem a 2 Estados da Federação. Embora esteja vivendo seriíssimos problemas no seu Estado com relação à demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, o Deputado Edio Lopes veio, e está presente em todos os momentos desta Comissão.

Agradeço profundamente a V.Exa. e lhe passo a palavra, para que faça suas considerações.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós é que agradecemos a oportunidade de fazermos parte desta Comissão, tão bem presidida por V.Exa., de estarmos aqui desfrutando do convívio dos amigos, do Deputado Madeira e demais Deputados do Maranhão.

Mas, Sr. Presidente, eu confesso que ainda não fui totalmente convencido, porque aqui nesta reunião se falou de tudo, mas muito pouco da questão de que viemos tratar aqui.

Eu quero perguntar especificamente ao Presidente da FUNAI: eu vou pegar... o senhor... a sua jurisdição engloba a aldeia dos krikatis? Qual a aldeia, o senhor... *(Pausa.)* Dos que estão aqui, dos líderes indígenas que estão aqui, do Gavião... Pronto. Eu quero que o senhor responda a esta Comissão quantos indivíduos tem a Aldeia do Gavião; quantos nascimentos por ano e quantos óbitos por ano está ocorrendo nessa aldeia. Essa é a pergunta que eu faço à FUNAI.

Ao Carmona... Ele falou da ONG que presta serviço na região e que recebe recursos da ordem de 3,1 milhões de reais por ano. Quantos profissionais de saúde, no serviço fim, tem essa ONG prestando serviço? Eu não quero saber do burocrático, eu quero saber da prestação de serviço lá na aldeia, como enfermeiro, como médico, como odontólogo ou como técnico em saúde; lá, lá na ponta, quantos profissionais essa ONG tem.

Eu acho que todas as outras questões... Também a FUNAI... ainda quero saber quantos profissionais, quantos servidores tem a FUNAI no Maranhão. E a FUNASA... quantos servidores tem a FUNASA no Maranhão.

São essas as minhas perguntas. Eu creio que o elenco que tinha anotado já fora anteriormente perguntado pelos Deputados que me antecederam.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes.

Os senhores estão vendo a objetividade das perguntas, exatamente porque todas as perguntas que foram harmoniosamente deferidas aqui são inéditas. Então, mostra a sintonia desta Comissão em também fazer perguntas de forma inédita, para receber também respostas objetivas.

O Deputado seguinte e último a interpelar os senhores é um querido amigo. Ele está conosco, nos acompanha em todas as reuniões, representa a grande massa da comunidade indígena do Estado do Acre e será nosso anfitrião amanhã — vamos para Cruzeiro do Sul. Deputado Ilderlei Cordeiro, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Boa tarde, pessoal. Está todo mundo triste. Estão com fome? Boa tarde. Está bom.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus por mais esta tarde maravilhosa, pelo dia que nos deu hoje.

Quero agradecer ao Presidente pelo grande trabalho que está fazendo à frente desta Comissão. Mais uma vez saímos da Capital do Brasil para vir aqui visitar nossos Estados, a região de Imperatriz.

Quero parabenizar também nosso querido Relator, que está fazendo um bom trabalho também à frente desta Comissão; o Deputado Madeira, que nos representa neste grande Município de Imperatriz e nos convidou para ver a realidade da situação das etnias na região também; o nobre amigo Deputado Cleber Verde, que também é um grande amigo na Casa, também deste Estado; o Deputado Carlos Brandão, também ótimo amigo lá na Casa; o Deputado Edio Lopes, da nossa região amazônica, que sabe também do nosso sofrimento com a situação — no caso dele, mais ainda, por causa da situação de demarcação de terra indígena em Roraima, ele está sofrendo muito mais do que nós que convivemos na Amazônia e vocês aqui.

Agradeço também a todos vocês que vieram explicar as realidades de cada setor, tanto das etnias, como o representante da FUNAI, como o representante da FUNASA, o representante do DSEI. Então, quero agradecer a vocês por estarem aqui nesta grande explanação e explicar e nos ajudar a montar esse grande relatório.



Agradeço à população, que veio prestigiar; à Polícia Federal, que nos acompanha, que nos ajuda. Quero agradecer a presença de vocês e também dos amigos Vereadores e dos amigos da Câmara de Vereadores, que nos ajudaram, que são os funcionários.

Sr. Presidente, o que eu tinha para perguntar eram muitas coisas, mas, no decorrer, os amigos resumiram muito. Mas, quero, diretamente ao Lourenço, fazer uma pergunta bem clara a ele. O DSEI, se não me engano, ele é agregado à FUNASA. E também ao representante da FUNASA. Se... não é discriminação, mas será que aqui, no Maranhão, aqui em Imperatriz, na região, não teria um funcionário que conheça a realidade daqui e que queira ajudar? É preciso trazer outro de outro Estado para poder cuidar da realidade de vocês aqui? Essa é uma pergunta que eu queria fazer.

O Lourenço também falou sempre que... sobre o Ministério Público. Queria saber, Lourenço: todas as denúncias, as reclamações que as etnias fazem, essas denúncias, você tem cópia delas? Tem algum resultado do que foi ocorrido sobre a situação? Qual a realidade dessas denúncias? Tem alguma coisa de concreto? Se possível, passar para nós também da CPI; se não puder explicar tudo, tirar cópia do que tem de apurações feitas, ou de denúncias, e entregar aqui à CPI.

Se o senhor também sabe, Sr. Lourenço, sobre a situação do controle de alimentação, se o senhor tem um controle do que entra de alimentação nas aldeias de vocês. Se tem o controle, quem é que assina, se realmente... Uns reclamam que está faltando alimentação, que é pouca. Quero saber se tem esse controle, que é para poder ver se bate com o que sai lá da origem para chegar até o destino. Se tiver um controle, passar essa relação do que vocês recebem.

O Sr. Antonio Kakrose disse que os remédios chegam quase vencendo, 2 meses. Se vocês fazem algum relatório. Com o relatório, faz a denúncia ao Ministério Público, à FUNASA ou à FUNAI sobre esses medicamentos que estão chegando atrasados, vão ser vencidos e vão ser perdidos. É dinheiro público e é dinheiro para benefício de vocês. Saber se tem algum relatório. Se tiver esse relatório, tudinho, com a assinatura, e entregar aqui também à CPI, porque queremos tomar atitude para melhorar as condições de vocês.



Alguns já falaram que tem até atestado de óbito aqui. Quero saber se esses atestados de óbito são de crianças ou são em geral, de todas as etnias. Se possível, passar também para nós.

O Sr. Marconi, da FUNASA. Tivemos reclamação aqui sobre vacinação. Acabaram de falar aqui, agora, que não existe vacinação. Queria saber se esse problema que estão declarando, que não existe vacinação, é por falta de recurso ou é má administração desses recursos, para esses remédios não chegarem até as aldeias.

O senhor falou também que não tinha o registro sobre a situação das etnias, a realidade deles. Não tinha esse registro por quê? Era falta, não havia... Um total abandono, não tinha esse trabalho entre FUNASA e a etnia, não havia um trabalho sério antigamente, ou só houve depois que o senhor assumiu a instituição?

Se o senhor tem também alguma... na sua gestão ou na gestão passada, se tem relatório de denúncias recebidas por eles, pelas etnias ou pela FUNAI, ou também intimação do Ministério Público sobre a situação dele denunciando. Se o senhor também tem algum relatório concreto sobre essa situação. Se tiver, poder passar para nós também sobre essas denúncias que ocorreram entre FUNASA e as etnias.

A mesma coisa agora ao Sr. José Leite, da FUNAI. O senhor falou que não cuida da saúde dos indígenas, mas o senhor cuida muito mais da saúde dos indígenas do que somente a saúde, o senhor cuida da vida deles, o senhor está representando eles. Então, o senhor era para estar cobrando da FUNASA ou do Ministério Público por que a situação dos indígenas está nessa situação de denúncia por um lado e por outro, por que o senhor não... Se o senhor tem relatório de denúncia, se o senhor tem alguma coisa concreta para poder passar para nós, mostrar que o senhor está apto, que está aqui com denúncia, cobrando, brigando, representando eles. Porque a responsabilidade da FUNASA é a saúde, mas o senhor... a responsabilidade é maior porque o seu órgão é defender eles e buscar condições de melhoria para eles. E se o senhor tem denúncia, realmente passar para nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas perguntas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Ilderlei Cordeiro.

Eu gostaria de passar a palavra às senhoras e aos senhores.

Pela ordem, a mesma linha de participação que já definimos aqui. Saliento a necessidade, novamente, para que a gente possa concluir com êxito esta reunião. Objetividade. Sem mais considerações, só as respostas àquelas perguntas que lhes foram questionadas.

O Sr. Licínio Carmona tem a palavra.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Boa tarde. Coube a mim 2 perguntas, que estive anotando aqui, a maioria é para o coordenador. Qual a sintonia do Distrito Sanitário Especial Indígena com a FUNASA e a FUNAI? Digo que, com a FUNASA, é a melhor possível, porque somos o setor da coordenação. Então, nós trabalhamos em parceria, juntos, todos os dias estamos conversando para melhorar o atendimento à saúde indígena. Quanto à FUNAI, tenho... até tinha um relacionamento mais estreito com o administrador de São Luís, que é mais próximo a nós, o Sr. Jackson, que também já foi exonerado do cargo. Quanto à FUNAI de Imperatriz, nós temos muito pouco contato, muito pouco, muito raro. E outra pergunta foi a questão do... Será que o Maranhão não tem uma pessoa para cuidar da saúde indígena? Lógico que tem. Um Estado igual a este aqui, rico de pessoas, não vai ter? É questão de... Eu trabalhei muito tempo com o Vanderlei, Vanderlei chefe do Distrito, e ele achou por bem eu vir dar um apoio aqui à coordenação. Também já estou indo embora, o coordenador sabe disso, tenho que ir embora porque não posso ficar muito tempo aqui no Estado. Então, estou indo, o coordenador já está procurando outra pessoa do Estado para estar dando prosseguimento ao trabalho que nós iniciamos. Então, acho que... A questão do atestado de óbito que ele falou, tenho atestado de óbito de 2007, porque cabe a mim, e tenho a relação de 2006, vou estar entregando para a Comissão, de todos os óbitos, menores de ano, porque o índice de mortalidade infantil nós contamos de zero a 1 ano. É isso que coube a mim, o restante ficou para o coordenador. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Seguindo a sistemática adotada pela Presidência, passamos a palavra ao Sr. Lourenço Krikati, para que responda as perguntas a ele feitas.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Bom, a primeira pergunta...

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Lourenço, uma questão de ordem aqui. Já foi a resposta a todas as perguntas do DSEI, do Licínio?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Foi, o que anotei para mim, o que foi direcionado a mim... foram todas.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - É, porque eu tinha feito a pergunta, não sei se respondeu...

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Sobre qual...

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - O que podia... quer dizer, já que o DSEI poderia fazer essa intermediação entre FUNASA, FUNAI... o que o DSEI tem feito para que isso aconteça. Tinha feito a pergunta. Como foi o primeiro a falar, talvez tenha passado despercebido.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Sim, eu disse que, com a FUNASA... Nós somos um setor da FUNASA, somos um braço da FUNASA. Tem a coordenação e tem o Distrito. Então, com a coordenação do Maranhão é totalmente tranquilo, muito... Reunimos diariamente para estar direcionando o trabalho do DSEI dentro do Maranhão, porque tudo tem que ter o aval do coordenador, o coordenador é a autoridade máxima do Maranhão em saúde indígena e também da Coordenação de Saúde do Estado. Agora, quanto à FUNAI, eu tenho... tinha, porque ele foi até exonerado, o Sr. Jackson, que era da FUNAI, em São Luís, que é mais próximo à gente, tínhamos um relacionamento bastante estreito, tudo o que ele precisava ele ia até mim, e o que eu precisava eu ia até ele. Então, o que era... sob a responsabilidade dele, nós tínhamos um relacionamento bem estreito. Agora, quanto à FUNAI de Imperatriz, temos uma deficiência mesmo entre nós, nós não nos comunicamos. Muito raramente nos comunicamos. E tem o dos krikatis... dos kanelas, que é o Franco, que é uma parte também daqui de Imperatriz. Estamos começando a ter um relacionamento mais estreito. Ele levanta as necessidades da comunidade, e a gente tenta resolver, na medida do possível. Foi isso que respondi. E a questão do servidor: será que o Maranhão não tem servidor para comandar o



distrito sanitário na saúde aqui no Maranhão? Lógico que tem. Eu disse que, com a extensão do Estado e a diversidade de servidores que tem, própria da FUNASA, lógico que tem pessoas capacitadas para isso. Estou dizendo que fui indicado pela Presidência e pelo DSAI para vir dar um auxílio aqui no Maranhão, porque eu trabalhei muito tempo lá em Mato Grosso do Sul e sei a sintomática do trabalho lá, como é feito. E aquilo, como referência no País... fui determinado para vir para cá. Já era para ter saído, porque não posso ficar muito tempo aqui, porque estou fora do Estado; mas, a pedido do Presidente, é para eu ficar mais um pouco. E devo estar saindo já próximo. O coordenador já está procurando a pessoa para colocar no meu lugar aqui, do Estado, para dar continuidade ao trabalho que tenho realizado aqui no Maranhão. É isso. Essas 2 perguntas que couberam a mim.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Só uma última. Essa dificuldade com a FUNAI de Imperatriz é incompatibilidade pessoal, é birra, o que é? Porque está aí também o Coordenador da FUNAI, aqui de Imperatriz, e acredito que o serviço público tem que estar acima de birra ou de qualquer incompatibilidade pessoal. Gostaria que fosse esclarecido.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Não, não é nada contra o servidor, nem contra a pessoa dele. É falta de oportunidade mesmo, porque nós temos uma demanda muito grande dentro do DSEI, e eu sou sozinho. No mês passado, que veio a intervenção, vieram 6 pessoas, dava para trabalhar. Eu não, eu sou sozinho. Eu tenho que assinar os documentos, eu tenho que receber os indígenas lá. Então eu sou sozinho dentro do distrito. A minha saída do distrito é muito raramente. Eu já vim, visitei a aldeia pela qual ele é responsável, Amarante, e fui muito bem recebido. Também consegui outra data para ir a outra aldeia aqui, Santa Inês. Então, a saída minha é muito difícil de dentro da DSEI, porque a documentação que chega é muito, a demanda de serviço burocrático é muito para mim, sozinho. Então, não tem nada contra, eu estou aberto para a gente estar conversando, não tenho nada contra ele não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Feito o devido reparo, prosseguindo, o Sr. Lourenço Krikati.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Bom, respondendo à pergunta, primeira: qual é a opinião que nós temos referente... para melhorar a mortalidade e a destruição



das crianças? Primeiro, a opinião que nós temos é que o DSEI tem a sua autonomia administrativa, financeira, orçamentária, onde nós podemos ter liberdade de pelo menos discutir junto com os próprios profissionais da FUNASA. Como a DSEI é paralelo da coordenação, fica mais fácil para a gente discutir e ter melhor acompanhamento e atendimento da população indígena, dentro da saúde. Porque se não há discussão séria, nunca vai ser... porque, primeiro, a vacinação nós cobramos sempre no Conselho do Distrito. Cobramos o trabalho de profissionais dentro da comunidade. A vacinação é o primeiro passo. Se não há essa autonomia, a depender da coordenação nunca vai funcionar. O caminho que nós temos é formalizar o Conselho do Distrito Sanitário Especial das comunidades indígenas, o DSEI. Eu acho que o caminho é sentar e discutir para encontrar o caminho. Nós, índios, queremos colaborar, mas se não for essa... fica difícil porque nem sequer chega a vacinação, iniciando primeiro um trabalho para garantir, evitar a desnutrição das crianças, da mortalidade das crianças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Uma interrupção, mas eu julgo importante. Eu quero que o Carmona exponha a esta Comissão como é a composição dos DSEI, a composição de servidores. Como é?

Eu estou interrompendo só para que nós não percamos a importância do que ele fala, ao querer que o DSEI tenha a sua autonomia administrativa e financeira. Então, para nossa melhor compreensão, eu gostaria de saber como é feita a composição, se é um conselho, se é apenas uma pessoa. Como é o DSEI, a sua estrutura administrativa?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - O DSEI é composto por um chefe do DSEI — hoje eu estou respondendo —, por um chefe da administração, que faz o trabalho nos processos de TBS, para aquisição de material, e um SAOP, que é a parte operacional. E aí nós temos a equipe técnica, que são enfermeiros, odontólogos, nutricionistas, farmacêuticos, dentro do DSEI, e a parte administrativa. Então, essa é a parte administrativa do DSEI, isso funciona desse jeito. Nas aldeias nós temos as equipes, as equipes contratadas pela SAES. Todos os servidores contratados para atender a ponta é pela SAES, pelo município. Até então nós não tínhamos um instrumento para estar cobrando do município. A partir dessa Portaria 2.656, que nós estamos implantando ainda, é que nós vamos ter um documento, um



instrumento para estar cobrando dos municípios como deve se realizar o trabalho. Hoje nós estamos pedindo favor aos municípios: *“Ah, dá para fazer isso?”* Não temos instrumento, um documento que direcione o trabalho da gente quanto ao atendimento dentro da aldeia. Mas eu acredito que a partir do dia 5 em diante nós vamos estar fazendo uma participação junto com os municípios. Já fizemos o primeiro contato com ele lá em São Luís com os Prefeitos, Secretários, com o Ministério Público, com os indígenas do Conselho, a FUNAI esteve presente. E já tivemos o primeiro contato com ele, e do dia 5 ao dia 16 vai estar fazendo as pactuações dentro do município. Hoje, nós temos um horror de servidores. Hoje são 980 servidores para atender à saúde indígena do Maranhão. A dificuldade que nós temos dentro do atendimento é que... Vamos supor, vamos colocar nesses termos assim: uma etnia briga, eles discutem e já formam outra aldeia. Aí, essa aldeia já quer um carro, um médico, um enfermeiro, e nós não temos condições de fazer isso. É mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Resumindo, a administração do DSEI é o senhor, mais um que cuida da parte operacional...

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Parte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Seriam essas 3 pessoas?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Três pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - E isso é o cérebro do DSEI.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - É a estas 3 pessoas que o senhor quer dar autonomia administrativa e financeira?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Bom, não só eles, mas sim, em questão de discussão política dentro também, porque, às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não, não. O senhor está distorcendo a pergunta. Eu quero saber se é isso.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Não, não. É isso. Mas só que é mais a participação indígena dentro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O senhor quer que esse Conselho se amplie para ter lideranças indígenas?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Se for possível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Pois não. Então, essa questão está resolvida. Prossiga nas demais.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Até mesmo assim, Sr. Presidente, eu queria ser até mesmo... Fica um pouco, assim, limitado para nós até vocês entenderem a questão como a forma que nós queremos, a forma que seja trabalhada, para evitar tudo isso que nós estamos reclamando. Eu queria que entendessem, os Srs. Deputados, que, para melhorar, temos sugestão. Agora, está tendo algum problema entre o Chefe de Distrito e o Coordenador para não andar melhor as nossas solicitações, que é uma emergência. Tem alguma dificuldade entre eles porque quem reclama são os profissionais para atender dentro da comunidade. Bom, segunda pergunta: se tem todos os documentos, todos os documentos guardados. Se nós encaminhamos todos os documentos da denúncia ao Ministério Público. Sim. Temos todos os documentos, todo encaminhamento, inclusive a negociação. Tentar procurar o caminho para tentar atender melhor à comunidade, ou à população indígena. Todos estamos documentados, via Ministério Público, até mesmo para pressionar, para ver se agiliza o funcionamento, o atendimento para a população indígena. Eu inclusive não estou com nenhum documento no momento porque eu vim direto de São Luís, estou vindo de outra reunião, mas eu posso já solicitar para que encaminhem esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Eu não quero...

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Isso não será problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Eu não quero ser chato. Mas eu gostaria que nós não perdêssemos a objetividade.

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O senhor anotou as perguntas que lhe foram feitas; que responda, porque...

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - ...praticamente tudo o que o senhor está falando já falou em outra oportunidade, o senhor ou o outro. Eu quero que o senhor se atenha à pergunta e à resposta, a fim de que possamos concluir esses trabalhos.



O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Sim. A terceira pergunta é referente a controle de alimentos. Eu vou responder, da minha pessoa, o que não acompanho. Sabem que questão de alimento é com a FUNAI. As (*ininteligível*) é com a FUNAI. E, como eu já falei, nós fazemos parte da Administração Regional de Araguaína, Tocantins, por (*ininteligível*). Eu já respondi isso. Então, há pouca participação nossa nessa questão. Eu acompanho. Como a administração é de outra região, nós ficamos por último, às vezes, não atendidos, porque, às vezes, o que sobra é encaminhado à população indígena Krikati, no Maranhão. Então, eu não tenho como acompanhar como chega até a comunidade, porque nós recebemos de surpresa. De repente, chega o carro para entregar para nós, mas sem data, sem estar marcado, sem programação nenhuma. E esta questão do atestado médico não foi para mim. Como jogou para todos nós, atestado de óbito, eu vou... Algumas vezes, têm atestado de óbito, quando morrem em Imperatriz ou em uma cidade próxima, as crianças ou os adultos. Vai atestado médico, óbito, acompanhando. Outras vezes é na aldeia. Apenas é registrado no livro da própria enfermeira que serve. Mas há dificuldade maior por esses atestados de óbito, ou documento óbito, e até para adquirir um caixão. Isso tem gerado um problema sério para nós. Se não tiver, fica difícil para adquirir o caixão. Então, eu queria só responder um pouco essas 2 coisas diferentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Só para que a gente não perca essa posição do senhor, que eu julgo importante. A quem compete fazer esse atestado ou registro de mortes e nascimentos? A FUNASA está dizendo que é à FUNAI.

O SR. LOURENÇO KRIKATI - Bom, como é dentro da aldeia, a presença maior é da FUNAI, que mora dentro da aldeia. É registrado no livro da... A pessoa responsável pela FUNASA, o técnico está ali, e é repassado para o senhor funcionário da FUNAI para fazer administrativamente, para registrar. Só que às vezes tem lugares que não aceitam, aí tem que mandar para FUNASA, no caso, Imperatriz, para comprovar para comparar caixão. Às vezes dificulta até mesmo... chegado logo para atender o corpo da pessoa que está lá. Eu comprei em meu nome, não paguei ainda — e fiquei de passar ainda para FUNASA, a responsável — o caixão da criança que morreu com 3 meses. De repente morreu. Então, isso eu



fiquei de passar ainda para a pessoa responsável da FUNASA aqui, que é o Geovane, mas administrativamente para formalizar processo, e não sei com eu vou pagar. Então, isso tem um pouco, vem dando dificuldade para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Obrigado.

Seguindo a ordem que nos foi repassada, nós convidamos o Sr. José Arão Lopes para responder às perguntas que porventura tenham sido a ele dirigidas.

O SR. JOSÉ ARÃO LOPES - Bom, eu vou responder aqui uma pergunta que foi feita em relação ao CONDISI, Conselho Distrital de Saúde Indígena do Maranhão. A pergunta foi: Por que o CONDISI não avança no Estado do Maranhão? Primeiro, porque o Conselho Distrital de Saúde Indígena depende da FUNASA para realizar suas reuniões. Por 2 vezes nós já agendamos reuniões do Conselho Distrital, e essas reuniões foram adiadas. A última seria em Teresina, seria essa discussão, e a FUNASA, através da sua coordenadora substituta, ela encaminhou um documento dizendo que a reunião do Conselho Distrital teria que ser em São Luís, no prédio da FUNASA, inclusive desrespeitando a deliberação do próprio Conselho, que já tinha definido quer seria em Teresina. Mesmo que fosse no Estado do Maranhão, mas que tivesse. Então, na maioria dos casos, a FUNASA não tem respeitado as decisões do Conselho Distrital. Basicamente esse é o questionamento, a pergunta que me foi dirigida. E, em relação às questões das divisões, que a FUNASA teria dito que as comunidades indígenas se dividem para depois pedir carro, para pedir isso e aquilo, eu tenho uma observação a fazer. A própria FUNASA tem alimentado essas divisões, inclusive proporcionando, ofertando inclusive esse tipo de situações. Então, não se limita somente... Porque se há divisão é porque a própria FUNASA alimenta essas divisões. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Seguindo a ordem, o Sr. Antônio Kakrose — está certo?

O SR. ANTÔNIO KAKROSE - A primeira pergunta: o que pode fazer melhorar a saúde indígena, principalmente as crianças, desnutrição? Como a gente colocou ainda agora, há poucas horas, tem nutricionista sem ter... Como a gente colocou agora, pela manhã, se nós... Tem profissionais. Se não tiver recurso, pode estar o profissional capacitado, mas nada feito. Então, assim, ter o recurso para acompanhar, o nutricionista acompanhar as crianças desnutridas pode até diminuir a



desnutrição. Sobre a certidão de óbito que eu trouxe, eu vou entregar, mas, assim, como tudo o que a gente... como eu sou chefe do Subpólo, tudo o que a gente faz, assim, tirar cópia dos documentos, eu tenho que fazer. Então, já que eu... vai fazer 2 meses sem receber, eu não podia tirar uma cópia desse documento. Vou entregar para vocês para vocês tirarem a cópia e devolver. Sobre a relação dos medicamentos vencidos, não só eu sei disso, mas as colegas sabem, que recebem. Eu não trouxe porque eu vi no convite, no convocado, que é só mortalidade. Por isso eu não trouxe, então. Posso encaminhar depois. É a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Prosseguindo, o Sr. Jonas Gavião.

O SR. JONAS GAVIÃO - A pergunta que foi mencionada para os contribuintes é que foi falado... Na opinião, o que que nós poderíamos, o que que poderia ser feito para melhorar a saúde das crianças desnutridas? Eu observo assim, que precisa de acompanhamento dessas crianças. A FUNASA se empenhar com a situação, porque às vezes a criança é assistida e encaminhada para as pessoas que trabalham no Pólo, para cuidar da saúde. Ela vai medicar ou vai fazer acompanhamento não diretamente; ela faz uma vez, e depois a criança é esquecida. Então, essas pessoas que trabalham, como a nutricionista, como as enfermeiras, elas têm que fazer acompanhamento até finalizar a conclusão da desnutrição da criança. Isso é a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Prosseguindo, o Sr. José Leite Piancó Neto.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Em relação à pergunta ali do Deputado Madeira — o que deve ser feito para melhorar a desnutrição infantil —, eu acho que, em primeiro lugar, é que haja, na verdade, uma coerência por todos os órgãos que sejam envolvidos com a causa indígena. Quando eu fiz um desabafo aqui — depois, mais para frente eu vou explicar por que, nas outras perguntas que me fizeram —, é que às vezes a gente se sente sem apoio. Então, em relação a isso, eu acho que o certo é o quê? É FUNAI, FUNASA, o município, o Estado, todo mundo caminhar junto, buscando alternativa, porque se cada um fizer a sua parte individualizada, às vezes, não fazem bem, não se entendem e acabam prejudicando a nossa clientela. Qual é a nossa clientela? São os índios. A da FUNASA? São os índios. Então, se



nós temos um meio comum, que é ajudar, se a nossa finalidade é ajudar esse povo, então não tem por que a gente estar indo por caminhos diferentes. O caminho tem que ser um só caminho. É esse o nosso questionamento. Eu acho que o caminho seria por aí, sim; buscar alternativas. Em relação à nossa relação com a... da FUNAI com a FUNASA, a FUNAI de Imperatriz, eu quero dizer o seguinte, que em relação à FUNASA, nós não temos muito o que reclamar em relação ao DSEI. O único problema que nós tivemos com o DSEI foi com a chefe anterior, a Consuelo, como eu já falei anteriormente. Eu tenho mais ou menos uns 10 documentos encaminhados a ela, quando houve conflito, em reunião que nós fizemos com ela na presença do Ministério Público, e ela em nenhum momento nos atendeu. Porque eu acho o seguinte: se a responsabilidade do índio, como o nobre Deputado falou aí... Lá é responsabilidade da FUNAI, e a saúde é da FUNASA. Mas se tem um problema com o índio, é obrigação nossa oficializar o problema para o órgão competente, correto? Eu acho que tem que ser direcionado a quem de direito o documento. Nós encaminhamos. Agora, veja bem, houve uma falta de respeito, porque nós não recebemos resposta desses documentos; foram mais de 8 documentos encaminhados, e eu não tive resposta. E logo após esses documentos, sem ter resposta, houve um conflito na região. Então, é isso. Então, quanto ao DSEI, ou ao representante atual do DSEI, não temos nada contra ele, de forma alguma. Agora, também quero deixar mais um ponto aqui, que o chefe do DSEI, todos eles, normalmente, eles se queixam das dificuldades de o DSEI não ter autonomia, sempre depender do Coordenador. Isso vocês podem ter certeza que eles falam quando nós estamos em reunião. Constantemente falam isso. Por isso que eu defendo a questão da autonomia. O Deputado Cleber Verde: *“Qual é o apoio que a FUNAI presta à FUNASA?”*. Essa aqui é interessante. Vejamos, Deputado. Nós estamos neste exato momento com um índio passando mal no Canudal. Deus é tão bom que mostra tudo na hora certa. A FUNASA aqui está sem carro, está sem condições de dar apoio. E agora eu lhe pergunto: o que fazer? Eles aqui trabalham em São Luís; eu estou bem aqui. Ele falou aqui do administrador de São Luís. São Luís está na capital, nós estamos do lado dos índios. E agora eu lhe respondo: o que fazer? Pergunte aqui para o Kakrose, que é lá de Barra do Corda — que o núcleo deles ficou ligado a mim aqui, à nossa administração: quantas vezes o carro



da FUNAI lá foi para Teresina, seu Kakrose, levando índio doente, seu Kakrose? Quantas vezes este ano? Então, é esse, Deputado, esse apoio é que nós temos dado, que não é a nossa obrigação. Porque é muito fácil a obrigação ser do outro e a gente fazer. Nós não temos condições, nós não temos a mínima condição de fazer isso, e nós fazemos. Aqui — vocês podem confirmar aqui com o chefe do DSEI — nós pegamos pneu, damos pneu para os carros daqui, emprestamos carro. O rapaz, como eu falei na minha fala primeira, por telefone, ele liga todo santo dia lá da FUNAI. É lá da FUNAI que ele liga para a FUNASA e para quem... para os hospitais... É lá da FUNAI que ele liga todo dia. Quando houve o problema da água aqui, aqui no CASAI, o Lourenço aqui deu o exemplo, eles foram todos lá para FUNAI, sessenta e poucos índios foram lá para FUNAI. Ora, veja bem, lá na FUNAI nós temos sementes que a gente entrega para os índios plantar. Essas sementes, todo mundo sabe que elas vêm com veneno. Os índios — eu cheguei de Brasília quando isso aconteceu —, os índios estavam com a rede em cima desses sacos de semente com veneno. Quer dizer, os índios com TB. Eu tirei fotos, eu estou com as fotos para mostrar para vocês. Então, é esse tipo de coisa. Então, dizer que nós não colaboramos... Eu mostro os ofícios que nós mandamos para FUNASA e eu pergunto qual foi a resposta desses documentos: que me provem um documento que deu resposta ao meu questionamento, entendeu, nobre Deputado? Em relação — deixa eu ver mais a sua pergunta aqui — aos programas sociais. Todas as demandas da LOA, do Bolsa Família, salário-maternidade, aposentadoria, auxílio-doença e outros, todas essas demandas que são chegadas na administração de Imperatriz, nós atendemos e fazemos junto ao INSS. Demora um pouco, porque hoje o sistema mudou: você dá entrada e o sistema é que marca a data — é 3, 4 meses depois. Mas todos eles que chegam, a demanda que chega à FUNAI de Imperatriz sobre esses programas sociais nós fazemos. Em relação ao Deputado Carlos Brandão: *“Sugestão de bom relacionamento entre a FUNAI e a FUNASA”*. É aquilo que eu falei anteriormente: é a gente se desarmar de fato. Eu acho que a hora de se desarmar é esta, é uma hora oportuna para todos nós, na presença de vocês. Que a gente possa aqui, neste momento, achar uma solução. Realmente, que a gente ache um caminho em conjunto, que a gente ande de braço dado, a FUNAI, a FUNASA e principalmente os índios; que toda vez que for resolver alguma coisa em



relação a eles, que a gente possa escutar eles primeiro. Se eles tiverem algum problema lá na ponta, nobre Deputado, o que eu quero é isto: que, quando eles tiverem com um problema lá na ponta, que a FUNASA vá lá. A gente vai junto, a gente não se nega de forma alguma. Nós vamos junto, sim, com a FUNASA. Eu acho que a gente em que ir junto. Se o problema é na área, mas é saúde, a FUNAI tem a obrigação de estar lá presente, agora, com a FUNASA presente. Então, eu acho que aí já é caminhar junto. O Deputado Edio Lopes: *“Quantos nascimentos e óbitos por ano?”* Ora, veja bem: a FUNAI de Imperatriz, para dar um exemplo.., Nós tínhamos, em termos de Maranhão, denúncias de um INSS de adulteração de índios. Só para citar um exemplo rapidinho aqui, do INSS, de índios que alterava idades. Por que? Porque os livros normalmente ficavam no posto, o livro de nascimento de índio, aquele livro em que a gente faz a certidão administrativa, que hoje ela só tem poder legal para tirar os outros documentos, ela não serve mais a não ser para isso. Então, o que eu fiz quando eu assumi de fato? A gente teve que organizar: nós acabamos com o livro nos postos e cadastramos todos os índios num sistema computadorizado. Então, todos os índios da AR de Imperatriz... Só existem 2 administrações que fizeram isso no Brasil: a Administração de Alagoas, Maceió, e a Administração de Imperatriz. Você pode perguntar o nome de qualquer um índio agora, aqui, ir lá na FUNAI de Imperatriz e dar o nome lá para moça, que ela tira a certidão, a segunda via lá, com os dados daquele índio, completos. Então, nós temos mais ou menos o controle — não exato, porque quem deveria ter esse controle realmente, que eu acho, se é de óbitos, são eles, a FUNASA. Agora, de nascimento nós temos. Todos os nascimentos nós temos o controle, porque é a FUNAI que emite a certidão e faz o registro no sistema. Quantos servidores nós somos?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quantos indivíduos têm na aldeia? Gavião?

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Ah, no total há 915. Novecentos e quinze. Isso.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quantos nascimentos?

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Nós temos em média aí na faixa de 10 ou 15...



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - *(Intervenção fora do microfone inaudível.)*

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Não, exato, exato aqui, eu não tenho. Exato, para dizer assim, exato, porque ele não pode ser exato, porque tem ano que é mais, tem ano que é menos. Entendeu?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Com a devida vênia do Presidente, mas é esse ponto que nós insistimos, em não estarmos satisfeitos. A FUNAI, que o senhor acaba de dizer que tem um cadastro quase que perfeito...

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Isso.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - ...quando perguntado quantos nascimentos, o senhor acha que é mais ou menos 10 ou 15.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Isso.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Então, são desses dados que esta Comissão precisa: quantos nascimentos? Quantos óbitos? Porque aí nós teremos uma média do que está realmente acontecendo aqui. Dizer que morre criança indígena, não é o bastante, porque morre criança em todas as sociedades. O que nós precisamos saber é quantos nasceram, quantos morreram, e aí nós teremos um parâmetro para avaliar, e isso parece que a FUNAI não tem, muito embora me parece que seja incumbência dos senhores.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Pois é. Eu já discordo. Eu acho que a questão das mortes não seria nossa. A gente não tem que fazer o controle dos índios que estão morrendo, não. A gente tem o controle dos índios quando estão morrendo, o seguinte: quando os índios são aposentados, quando eles recebem algum tipo de benefício, que são repassados para a FUNAI, para a gente cancelar o benefício. Agora, quem tem que ter o controle de quem morre é a FUNASA.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não, mas, só um aparte. Presidente, com a vênia de V.Exa.

Logo no início, eu perguntei a V.Sa. qual o programa da FUNAI na cadeia alimentar. Nós precisamos desses dados.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Porque não basta tratar da criança lá no Centrinho, e devolver para V.Sa. e o seu órgão, e V.Sa. não ter



nenhum programa para alimentar essas crianças. V.Sa. reconheceu que o programa é falho, que não existe.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - É falho. Correto.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - V.Sa. não conhece nem o SISVAM,...

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Não, isso aí eu reconheço que não estou lembrado de... de...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - ...o que é um absurdo, que é um programa da FAO, da ONU, aplicado no Brasil inteiro. Então, precisa que V.Sa. se conscientize também um pouco, caro José Neto, que não é transferindo responsabilidade que nós vamos chegar a essa conclusão aqui: olha, aqui, de um lado, uma criança amarrada, por falta de assistência; aqui, do outro, essa senhora — olha o seio, como é que estão. Aí, nós vamos ficar aqui, os Parlamentares, os senhores por aí, e as partes mais interessadas nessa situação... Não é isso que nós queremos.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Correto.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Nós saímos de Brasília, vamos trabalhar o final de semana, no sentido de encontrarmos soluções. Não é transferindo responsabilidade e colocando culpa na FUNASA ou em quem quer seja, ou nos (*ininteligível*). Não estou aqui apenas em defesa deles, mas eu estou observando em V.Sa. que V.Sa.... Está à mil maravilhas o órgão de... E não está.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Está não. De forma alguma. Nós falamos isso. Eu já argumentei.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - As crianças estão morrendo, os índios estão desassistidos, a cadeia alimentar não está acontecendo. Então, precisamos sair daqui de forma propositiva, encontrando solução para esses tipos de problemas, que nós não queremos ver mais no Brasil. É por isso que eu fiz esse aparte.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Certo. Mas, Deputado, o que eu quero lhe falar é o seguinte: as alternativas eu lhe falei: nós estamos buscando, através de recurso do UNEP, Banco Mundial, dos projetos. Nós temos levado os projetos nas áreas indígenas, por parte da FUNAI. Agora, eu vejo o seguinte: há um problema



que nós estamos tendo agora no momento. Isso, é toda semana acontece. Vocês são testemunhas agora neste exato momento. E aí? O índio vai ficar lá, morrendo? É isso o que eu quero dizer. Ele morre. E aí? Isso é todo... Quer dizer, a FUNAI, nobre Deputado... O que eu quero dizer é o seguinte: a gente fica apagando fogo; como é que nós vamos trabalhar direito — nós estamos tentando organizar a administração —, se a gente ficar apagando fogo constantemente? É toda semana é problema, e nós corremos para lá para resolver o problema. Eu queria o seguinte...

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. José, só um aparte também. É só saber: o órgão da FUNAI, se ele cuida do índio, ele não tem um relatório para saber o que é que recebe de alimentação, quais os índios que adoeceram, quais as crianças que morreram. Vocês não têm esse relatório?

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Não recebemos, não.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Vocês não fazem esse relatório?

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Nós não recebemos, porque nós cobramos das ONGs. Você pode perguntar às ONGs aqui. Nós cobramos isso a eles. E eles têm de repassar.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Mas as ONGs...

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Porque eles é que têm... Veja bem, só um exemplo aqui. Nós temos... Vou dar-lhe um exemplo. Nós temos aqui... Só para se ter uma idéia. Nós temos 2.700 índios — olhem bem aqui a situação da FUNAI. São 2.700 índios lá, são 43 aldeias, e nós temos 1 servidor lá para resolver tudo quanto é tipo de problema. Um servidor só! Agora vem a questão: a saúde. Em cada aldeia existe um auxiliar de saúde, existe um professor — entende? Por isso é que eu digo que tem de ser um conjunto de colaboradores, um conjunto de pessoas que possam ajudar — entendeu?

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Com certeza. É de passar para você o relatório; se não passa, o senhor tem de entrar com denúncia no Ministério Público para saber o que está acontecendo. Ponto!

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Mas é isso. Eu estou com esta papelada aqui para dar entrada. Para vocês. Está aqui. Eu estou aqui com essa papelada para mostrar que a gente manda para o Ministério Público e para todo mundo de direito. Estão aqui os ofícios para todos, está aqui. As papeladas minhas



estão aqui — entendeu? O Deputado Ilderlei Cordeiro perguntou quais as cobranças que a gente faz — não é isso? Estão aqui anexos nesse documento, os ofícios que a gente faz para o Ministério Público, para a FUNASA. Passamos o problema. Por exemplo, esse problema de hoje, de que eu estou falando. Quer dizer, a gente normalmente oficializa: *“Ó, está tendo um caso lá. E aí?”* A gente espera uma semana, outra semana, e não vem ninguém. Então, o que acontece? O carro da FUNAI é que traz. Então, fica difícil para a gente fazer o serviço nosso direito com esse tanto de servidores que nós temos. Na área-fim, que é na área-ponta mesmo, que é a área que trata diretamente com o índio, nós temos 10 pessoas para atender a 8 mil índios — 10 pessoas! São 7 Chefes de Posto, eu, que sou o administrador que cuida de toda a área, o Setor de Atividade Produtiva e o SEA. São 10 pessoas! Agora, este é o questionamento que eu faço, porque estou vendo que estou sendo questionado aqui de uma forma que estou achando injusta. Pergunta quantos servidores a organização Caiuá tem para atender aos índios e mais à FUNASA! São muitos, são muitos! Entendeu? Enquanto nós somos 10 para tratar diretamente da questão indígena.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. José, pode ter certeza de que o senhor não está sendo... Nós não estamos sendo injustos com você. Nós estamos cobrando o seu setor que nos ajude. Se não está sendo, não está chegando a competência para... As referências do que você quer não estão chegando para você. Por isso é que nós estamos pedindo que o senhor realmente pegue e repasse as denúncias para o Ministério Público Federal e Estadual, todas as denúncias que o senhor tenha feito para nós, porque aí nós vamos mostrar. Está aqui, ó! A FUNAI está querendo fazer seu papel, a FUNASA está fazendo, mas não está chegando ao total. Então, nós estamos querendo saber da realidade, nós queremos ajudar àqueles que realmente estão precisando.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Mas é isso, Deputado, que eu lhe falo. Que tudo, tudo o que acontece na área a gente oficializa. Tudo a gente oficializa, entendeu? Tudo! É através de ofício. Eu tenho todos os ofícios. É como estou lhe falando. Fica difícil se eu mando um ofício e não obtenho resposta. Tudo o que acontece em relação à saúde, é um exemplo que estou lhe falando! Eu quero que



você peça para eles um ofício a que eles responderam meu aqui, um ofício a que eles responderam — meu, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Para concluir.

O SR. JOSÉ LEITE PIANCÓ NETO - Para concluir, certo. Olha... Ah, tá! Para concluir. Então é isso. Para concluir, é essa questão das cobranças que o nobre Deputado ali perguntou. E a gente faz. Nós temos ofícios aqui. A gente pode comprovar isto, que a gente cobra ao Ministério Público, à FUNASA, em geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. José Leite Piancó Neto.

Passo a palavra ao Sr. Marconi José Carvalho Ramos.

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Pela ordem das perguntas, a pergunta do Deputado Madeira: quais as articulações com o Estado e com os municípios que a FUNASA tem feito? Bem, a campanha de vacinação das Américas, em 2006, nós fizemos toda ela articulada com o Estado e com o Município. E, atualmente, nós fizemos a reunião de pactuação com todos os municípios da área indígena, inclusive com a presença da FUNAI — que não é chamada para nada, segundo eles, mas ela estava lá. Então, com a presença da FUNAI, nós fizemos essa reunião com municípios, e a pactuação, para fechar as ações de saúde com os municípios, Deputado Madeira, das áreas indígenas. Isso vai ser fechado agora, dias 5 e 6 do mês que entra; vai ter uma nova reunião já para fechar as pactuações. Então, nossas ações têm sido todas integradas com o Estado e com o Município. Segunda pergunta: diante das dificuldades, que relatórios foram enviados a Brasília? Não tem nenhum tipo de ação que se desenvolva no Maranhão que não seja enviado para Brasília o que se está fazendo. Todas, inclusive em relação às dificuldades. Nós não deixamos de falar sobre nenhuma dessas perguntas. Cobertura vacinal. Falei antes, mas vou tornar repetir. Nós fizemos a vacinação das Américas, em 2006, e temos aqui um dado de vacinação, do mês de vacinação que nós fizemos já em 2007: 21 aldeias, no Município de Amarante, em Barra do Corda, Grajaú, Santa Inês e Zé Doca; total de 21 aldeias. Foi tímida a vacinação? Foi. O maior problema que nós temos hoje na Fundação Nacional de Saúde, no Maranhão, é viatura. Nós não temos viatura. É muito pouca para atender à área, e isso compromete o serviço de saúde de qualidade. Eu estou assumindo isto aqui na



frente de vocês. Existem dados sobre a mortalidade infantil de indígenas no Maranhão? Existem. Em 2007, nós fizemos a conferência por dados anuais. Então, em 2007, nós tivemos óbito de 28 crianças. Dessas 28 crianças, se não estou enganado, segundo os dados que eu vou apresentar no relatório à Comissão, tem apenas um caso de desnutrição.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Poderia repetir esses dados de mortalidade?

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - A pergunta foi: existem dados sobre a mortalidade infantil de indígenas no Maranhão? Pergunta do Deputado Madeira. Eu estou respondendo: existem. Nós tivemos, em 2007, 28 crianças mortas no Maranhão, todinho.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - E do período de 2005 a 2007, você tem esses dados?

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - De 2005 a 2007? Tenho. Inclusive está no relatório que eu vou apresentar a vocês. Mas de 2005 posso repassar aqui agora, se vocês quiserem. A outra pergunta é: o que pode ser feito para melhorar a assistência médica em relação... Para melhorar a assistência médica. Bem, a principal coisa que pode ser feita no momento para resolver, pelo menos para tentar atingir uma melhora de 70%, é viatura. O maior problema que nós temos hoje é com viatura. Isso aí é fato. Muito embora o relato aqui do colega Piancó, da FUNAI. Ele falou sobre Amarante, que nós estamos sem carro lá e que tem um índio lá passando mal. Em Amarante tem 2 carros. Tem 2 carros nesse momento em Amarante. Por que o índio não está vindo para cá é uma coisa que nós vamos descobrir e procurar saber, porque tem 2 viaturas lá agora. E eu tenho como provar isso. As perguntas do Deputado Cleber: como está a implantação do SISVAN no Maranhão? A implantação do SISVAN é muito recente no Maranhão. Ela só começou a ser debatida em setembro de 2006. Até começar a formar as equipes com a implantação do SISVAN, já estava no final de 2007; agora é que nós vamos começar as visitas às áreas para poder fazer o levantamento. Porque primeiro teve a reunião com os chefes do distrito, toda essa burocracia de governo que vocês conhecem melhor do que eu como é. Outra pergunta: se o Pró-Vida ainda existe no Maranhão. Não, o Pró-Vida não existe. Esse convênio está sendo investigado pelo



Ministério Público Federal, pelo TCU, por todos os... Qual a modalidade de formalização dos convênios de ONGs no Maranhão? O Maranhão não formaliza convênio com nenhum tipo de ONG. Os convênios são formalizados pela Presidência, em Brasília. As coordenações regionais não têm autonomia para formalizar convênio. Então, o convênio chega aqui já para operacionalizar, para agir, mas toda a formalização é feita em Brasília. Aqui nós não formalizamos nada. O Deputado Edio Lopes. ..

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Marconi, só para complementar a resposta: o acompanhamento regional aqui não formaliza o convênio, mas, no entanto, o acompanhamento da execução dos gastos dessas ONGs é feito pela coordenação local.

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Geralmente, o que acontece? Os coordenadores costumam se eximir dessa responsabilidade e a passam para a Presidência, porque, se foi formalizado lá, por que ele vai acompanhar aqui? Como ele vai fazer prestação de contas, se ele não sabe nem o que foi formalizado, se não tem acesso ao ocorrido, muitas vezes? Quando vem para cá é para realizar a ação. Então a gente geralmente... Eu, por exemplo, quando dou o meu despacho, eu coloco que só vou assinar embaixo depois que a Presidência se pronunciar, porque eu não vou me pronunciar em uma coisa que eu não formalizei. E sempre foi assim. Não é só nessa questão, não. Isso é coisa do tempo — sei lá! Faz muitos anos já isso. Pergunta do Deputado Edio Lopes: quantos servidores tem a FUNASA no Maranhão? Tem 2.360, sendo que, em exercício, na CORE, apenas 280 servidores. Por quê? Porque os outros servidores estão todos descentralizados para Estados e Municípios. No momento da municipalização, descentralizou, e aí a maioria dos servidores foi para Estados e Municípios; e nós ficamos só com esses, com 4 aposentadorias mensais. Não foi feita uma previsão na época da descentralização. Deixaram as pessoas que já tinham bastante idade, e a maioria já está se aposentando. E a gente, cada dia que passa, vê diminuir o número de servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Marconi, por bondade, por bondade...

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Diga.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Para efeito de... No momento, o Relator estava atendendo a uma convocação do Palácio do Planalto e gostaria de ouvir novamente sobre a questão dessa descentralização.

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - A descentralização, quando foi feita, as ações, as endemias passaram para Estados e Municípios. Então, a FUNASA, hoje, ela não trabalha mais com endemias; quem trabalha são os Estados e os Municípios. Então, na época, foi exigido pela lei... Inclusive, consta até da Constituição isto. Na época da descentralização, nós tivemos que mandar tudo quanto foi funcionário, a maioria, para Estados e Municípios. Então, nós ficamos completamente...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Quantos servidores?

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Quantos servidores?!

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - É.

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Foram 2.360 no total, aqui, no Maranhão.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - São servidores concursados?

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Os que não são concursados é que tinham entrado antes.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - São efetivos?

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - São.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Na ONG tem quantos, Licínio?

O SR. LICÍNIO BRITES CARMONA - Na ONG, na Missão Evangélica Caiuá, nós temos 103 servidores. Entre a ONG e a SAS dá 980 servidores trabalhando diretamente com saúde indígena.

O SR. MARCONI JOSÉ CARVALHO RAMOS - Sim, o registro. Agora, não consegui colocar aqui o nome de quem que fez essa pergunta, falando que eu tinha falado sobre um registro. O registro de que eu tinha falado é o registro de doenças, de notificação de doenças. Porque, antes, quando eu entrei no Distrito, não existia isso. Hoje a gente já tem as notificações com os números da endemias que atingem as áreas indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Senhores, nós estamos desde as 11 horas da manhã de hoje. Que estas palavras finais sejam de



agradecimento, inicialmente, à Casa, ao seu Presidente e, por conseguinte, a todos os Vereadores de Imperatriz, que nos ofereceu extraordinária acolhida! Estendo essa manifestação, em especial, aos funcionários da Casa Legislativa de Imperatriz, tão amáveis, tão solícitos, tão solidários com o Congresso Nacional e com a Câmara dos Deputados.

Antes de finalizar, gostaria de passar a palavra ao Relator para um registro afetivo de S.Exa.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, é apenas para registrar a satisfação de ter me encontrado aqui, agora há pouco, com o nosso 1º Suplente de Deputado Federal, que é o Deputado Bonifácio, da cidade de Tocantinópolis, que presta serviço na condição de Advogado-Geral da União, aqui em Imperatriz. De modo que eu também quero, só aproveitando a oportunidade, Presidente, agradecer ao Presidente da Casa também, como Relator, em nome de todos os nossos colegas, e agradecer os funcionários, agradecer aos servidores da Polícia Federal, que têm nos apoiado desde a nossa chegada até o presente instante. Nossos agradecimentos.

Quero agradecer às testemunhas que aqui vieram contribuir muito para com esta Comissão e, particularmente, para com este Relator; agradecer à população de Imperatriz, que sempre tem como tradição a ordem, a hospitalidade.

Ficam aqui os nossos agradecimentos.

Espero em Deus, ao sair daqui, que nós possamos — nós, como Parlamentares, e os senhores, como gestores e as partes interessadas — encontrar uma solução para isso. O modelo precisa ser modificado. Eu chego à conclusão, como Relator, de que o modelo precisa ser modificado. A distância entre a FUNAI e a FUNASA está grande. Precisa haver um modelo de gerenciamento diferente, porque os índios sofrem enquanto ficar essa distância grande. Não dá mais, nos dias de hoje, na era moderna, nós vemos uma criança, como esta aqui, amarrada no pau, num poste. Isso aqui não dá mais! Como não dá para ver uma senhora como esta. Isso não tem sentido para nenhum cidadão brasileiro, quanto mais para nós, dirigentes. Então, precisamos refletir muito neste sentido, para que nós possamos contribuir com o espírito desarmado, para encontrarmos, Presidente, uma solução. Eu espero em Deus fazer um bom relatório, propositivo, observando onde



estão as deficiências no Brasil, como um todo. Estamos percorrendo Brasil afora para fechar o nosso relatório, o que será em breve, no sentido de propor efetivamente solução para que nós melhoremos a condição de vida, principalmente, das crianças indígenas brasileiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eu queria agradecer ao Sr. Lucínio Brites Carmona, ao Sr. Lourenço Krikati; ao Sr. José Arão Lopes; ao Sr. Antônio Kakrose; ao Sr. Jonas Gavião; ao Sr. José Leite Piancó Neto; ao Sr. Marconi José Carvalho Ramos, convocados que foram por esta Comissão e que estiveram aqui, nestas últimas 5 horas e meia, dando cada um dos senhores o melhor de si. Esta Comissão tem, de forma penhorada, de agradecer a colaboração dos senhores. Eu entendo que assiste razão a cada um e a todos, neste momento em que, de forma construtiva e harmoniosa, nós estamos perseguindo melhorias para comunidade indígena nacional.

Gostaria de registrar, de forma administrativa, por que não estamos deliberando, neste momento: em virtude de que não há *quorum* para tanto. Mas levarei o pedido pessoal do Deputado Sebastião Madeira, agora há pouco, sensível com todos nós. Há, entre tantos problemas que nós podemos assistir, alguns com foco na nossa Comissão de Subnutrição; mas há outros tantos que nós podemos recolher como perspectivas de melhoria de cada um. O Deputado Sebastião Madeira solicitava-me fazer gestões administrativas junto à FUNASA para ampliar a oferta de transporte de forma imediata, porque muitos desses problemas que nós estamos vivenciando, de saúde pública, precisam efetivamente de um aporte maior de equipamentos, para que a FUNASA possa ampliar as suas ações.

Deputado Sebastião Madeira, em nome da Comissão, devo levar a solicitação de V.Exa. para a diretoria da FUNASA, junto com o Sr. Relator, junto com o Deputado Edio Lopes, junto com o Deputado Ilderlei Cordeiro, junto com os seus colegas do Maranhão, para que... não obstante o que vai ser apresentado no relatório, não obstante o esforço que o Deputado Vicentinho Alves está fazendo para formar um relatório diferente. Diferente como a comunidade indígena é pela luz da Constituição de 1988. Vocês são diferentes e têm de ser tratados como diferentes



como diferentes, porque nós precisamos de vocês que são efetivamente os grandes criadores desse País!

Muito obrigado! Fiquem com Deus.

Encerro a reunião, convocando outra para o próximo sábado, dia 19 de abril, em Cruzeiro do Sul, no Acre, que é a próxima escalada da nossa Comissão.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus.